



PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL 2016-2021



Índice Geral

Índice de Tabelas.....	pág.2/3
Índice de Imagens.....	pág.4
Índice de Anexos.....	pág.4
Nota Prévia.....	pág.5
Introdução.....	pág.6/8
Capítulo 1- Diagnóstico.....	pág.9
1.Diagnóstico Quantitativo.....	pág.11/26
2.Diagnóstico Qualitativo.....	pág.27/28
Capítulo 2- Visão estratégica para a inclusão no concelho de Braga.....	pág.29
2.1 Braga Estratégia 21- Desafios para a inclusão.....	pág.30
2.1.1 Potencialidades e oportunidades de desenvolvimento para o concelho	pág.30
2.1.2 Visão estratégica para a inclusão.....	pág.31/36
Capítulo 3- Estratégia inclusiva para o concelho de Braga.....	pág.37
3.1 Metodologia Aplicada de Planeamento.....	pág. 38
3.1.1 Etapas Metodológicas.....	pág.39/40
3.2 Eixos, Domínios e Propriedades.....	pág.41
3.3 Projetos estruturantes	pág.42/68
3.4 Estratégias Concertadas.....	pág.69
3.4.1 Alinhamento com a estratégia Portugal 20-20.....	pág.69/70
3.4.2 Alinhamento com o Plano Supraconcelhio do Cávado.....	pág.71/73
3.4.3 Alinhamento com Instrumentos de Planeamento.....	pág.74
Capítulo 4- Modelo de Governação.....	pág.75
4.1 Estrutura do Modelo de Governação.....	pág.76/78
Capítulo 5- Avaliação.....	pág.79/80
Anexos.....	pág.81

Índice de Tabelas

Tabela 1	pág.11
Área, população, variação populacional e densidade populacional, 2011	
Tabela 2	pág.12
População residente segundo o sexo, 2011	
Tabela 3	pág.13
População residente segundo grupos etários, 2011	
Tabela 4	pág.14
Natalidade, mortalidade e mortalidade infantil, 2000-2011	
Tabela 5	pág.15
Índice de envelhecimento, 2013	
Tabela 6	pág.15
Índice de dependência de idosos, 2013	
Tabela 7	pág.16
Número de pensionistas no total da população, 2013	
Tabela 8	pág.18
Situação da população do distrito de Braga perante o analfabetismo, 2001-2011	
Tabela 9	pág.19
Taxa de analfabetismo por sexo 2011	
Tabela 10	pág.19/20
Taxa de atividade por sexo (%) 2011	
Tabela 11	pág.20/21
Situação da população desempregada e taxa de desemprego, 2001-2011	
Tabela 12	pág.21/22
Situação da população beneficiária do RSI,2011	
Tabela 13	pág.22
Número de queixas de violência doméstica apresentadas, 2014	
Tabela 14	pág.23
Número de processos acompanhados (novos/transitórios) 2014	
Tabela 15	pág.24
Proveniência das sinalizações, 2014	
Tabela 16	pág.25
População residente c/deficiência, segundo o tipo de deficiência (Pordata 2001)	
Tabela 17	pág.26
Taxa de abandono escolar, 2011	
Tabela 18	pág.26
Utentes ativos segundo o Concelho de Residência, 2014	
Tabela 19	pág.27/28
Identificação de Problemáticas prioritárias de intervenção	

Tabela 20	pág.41
Eixos, Domínios e Prioridades de Intervenção	
Tabela 21	pág.43/64
Eixo 1 - Desenvolvimento e Coesão Territorial – Domínio I, II e III	
Tabela 22	pág.66/68
Eixo 2 - Capacitação para a Ação – Domínio I e II	
Tabela 23	pág.73
O Projeto Estrela de Braga definido para o Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado	

Índice de Imagens

Imagem 1	pág.33
Principais áreas identificadas ressaltaram do quadro esquemático da sessão	
Imagem 2	pág.34
Palavras-Chave momento de partilha	
Imagem 3	pág.35
Eixos de intervenção e seis domínios de investimento prioritário	
Imagem 4	pág.36
Áreas de desenvolvimento do Eixo I e II	
Imagem 5	pág.42
Três domínios de investimento no Eixo I	
Imagem 6	pág.65
Dois domínios de investimento no Eixo II	
Imagem 7	pág.76
Esquema do processo dinâmico criador de transformações na reconfiguração da gestão pública	

Índice de Anexos

Anexo 1	pág.82/86
Glossário	
Anexo 2	pág.87/88
Lançamento de Braga Estratégia 21	
Anexo 3	pág.89/90
Lançamento da iniciativa Braga estratégia 21- programa	
Anexo 4	pág.91/92
Fóruns e <i>Fócus Group</i>	
Anexo 5	pág.93/94
Fórum Comissões Sociais	
Anexo 6	pág.95/98
Fórum Grupos Vulneráveis	
Anexo 7	pág.99/102
Participantes nos Fóruns	
Anexo 8	pág.103/105
Comissões Sociais	

Nota prévia

A Rede Social do concelho de Braga, criada desde 2002, tem vindo a desenvolver um programa de mobilização dos atores locais para o crescimento inclusivo. Apresenta uma evolução no sentido de uma intervenção baseada no planeamento local cada vez mais articulado e participado, assente em parcerias sectoriais e territorializadas, que orientam os esforços para coesão territorial.

Enquanto medida de política social ativa, assume um papel relevante na promoção do bem-estar da população de Braga ao contribuir para diminuição da pobreza e exclusão social, a consciência coletiva dos problemas sociais, potenciar os recursos locais e criar respostas adequadas aos problemas, através do planeamento estratégico da intervenção social concelhia.

Nesse sentido, o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) para o concelho de Braga 2016-2021, que se apresenta, atualiza o anterior PDS 2008-2013, construído através de um processo contínuo e participado. Este é um instrumento que reflete a negociação dos objetivos prioritários para o desenvolvimento social local até 2021, enquadrador da ação dos parceiros locais. Suporta-se num modelo de governança intersectorial e multinível garante do equilíbrio de relações entre a administração central, autarquias e sector social.

Num tempo marcado pelo risco, incerteza e complexidade nas respostas aos problemas sociais, impõe-se o desafio conjunto de traçar novos caminhos e influenciar cenários futuros, pelo compromisso de todos os agentes que atuam no desempenho e coesão social do concelho de Braga.

Introdução

É num quadro de enorme complexidade social, económica e política que emerge o Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Braga 2016-2021, enquanto estratégia de desenvolvimento e coesão social.

Este plano surge com o compromisso de responder aos enormes desafios da atual conjuntura nacional e europeia com vista a orientar, num futuro próximo, o sentido da ação, quer ao nível do investimento previsto para o novo ciclo de fundos estruturais, 2014-2020 (*Portugal 2020*), quer de outros recursos a potenciar e/ou criar.

O presente plano concorre, assim, de uma forma ativa para diminuir problemas e aumentar o potencial do concelho de Braga e contribuir para definir áreas de desenvolvimento a nível supraconcelhio, uma vez que o modelo de desenvolvimento do PDS expressa, numa linha de continuidade, o trabalho colaborativo entre as redes sociais que integram a Plataforma Supraconcelhia do Cávado.

Assim os PDS concelhios, instrumentos de planeamento ao nível local, estão articulados com o PDS Supra Concelhio, numa lógica de intervenção que tem como finalidade refletir e traçar as grandes prioridades para o desenvolvimento social do Cávado.

Em tempos de grande complexidade é, apesar de tudo, possível antecipar cenários de emergência de novos problemas e necessidades que trazem novas formas de resposta. Falamos de desafios próprios que exigem respostas próprias.

O PDS de Braga é uma ferramenta de atualização contínua em convergência com a dinâmica da realidade. Trata-se de um plano simultaneamente forte, orientador numa direção e flexível por se adaptar às mudanças que ocorram na realidade.

Neste sentido, assume três utilidades simultaneamente interdependentes e complementares:

- Prospetiva – Antecipa cenários de novos problemas e necessidades que exigem potencial inovador nas respostas a criar.
- Estratégica – Mobilizadora do potencial coletivo na construção do futuro e meios para o alcançar.
- Substantiva – Ferramenta que sistematiza o conhecimento, a informação e divulgação do compromisso para a ação.

Face a todo um contexto de incertezas, o PDS deve ser visto como um documento dinâmico, continuamente (re)pensado e (re)atualizado considerando a evolução da realidade e tem por base os seguintes princípios:

- **Cooperação /colaboração** – um processo colaborativo exige que cada parceiro se adapte à realidade do “outro”, partilhe liderança e que os ganhos conjuntos sejam evidenciados e alicerçados numa intervenção baseada na confiança e visão partilhada de uma estratégia comum.
- **Lideranças mobilizadoras** – as estratégias devem ser alinhadas em torno do modelo colaborativo que visa o compromisso de resolver os problemas com maior eficácia e eficiência. Importa uma liderança versátil, flexível e ágil, capaz de mobilizar e inspirar, de fazer pontes com vista a responder à complexidade dos problemas.
- **Participação** – todos os agentes interessados na mudança participam de forma vantajosa com contributos para a promoção da coesão social. A inclusão de todos, desde as instituições, população, organismos públicos, complementada pelo conhecimento especializado das universidades, é fundamental para a responsabilidade coletiva na resolução dos problemas locais.
- **Trabalho em Rede** – Aprender conjuntamente com todos os atores locais os caminhos certos a percorrer criando nós e encontrando soluções adequadas aos desafios complexos das sociedades atuais.
- **Comunicação interna e externa** – em todo o processo de planeamento a comunicação interna e externa é essencial para se alcançar os resultados esperados. É fundamental saber traduzir diferentes códigos e valores pessoais e organizacionais, tornar claras as mensagens, criar canais de interação e de diálogo na comunicação intra e interinstituições e para os cidadãos em geral.

No cumprimento dos princípios enunciados participarão na elaboração do PDS, os vários órgãos da rede social, conselho local de ação social e comissões sociais de freguesia e interfreguesias, bem como os grupos temáticos resultantes do anterior PDS 2008-2013, que se organizaram de forma a atualizar o diagnóstico social; identificar as

necessidades e potencialidades locais e identificar as orientações estratégicas para o desenvolvimento e coesão territorial.

Os resultados obtidos encontram-se projetados neste plano com a seguinte estrutura:

- I) **Diagnóstico Social** – comporta dados e indicadores estatísticos referentes a informação oficial disponível, informação recolhida pelas entidades que integram a rede social, estudos efetuados e problemas identificados pela rede social.
- II) **Visão estratégica para a inclusão** – define uma estratégia para o concelho centrada nas potencialidades e oportunidades de desenvolvimento, assumindo uma ação inovadora e transformadora da realidade, fundamentada por uma ideia determinante e agregadora da intervenção para a inclusão.
- III) **Estratégia de Intervenção** – materializa-se em dois eixos prioritários de intervenção, resultantes das problemáticas identificadas pela rede social e apresenta domínios de investimento e identificação de projetos estruturantes para o concelho, com base numa metodologia para o planeamento.
- IV) **Modelo de Governação** – apresenta a estrutura de funcionamento dos parceiros da rede social no compromisso assumido com a estratégia de intervenção e de gestão do plano, orientada para os resultados a alcançar no processo de desenvolvimento social concelhio. Assenta num processo de cooperação, reflexão e participação entre os diversos atores numa perspetiva de articulação multinível e supra setorial.
- V) **Avaliação** – a monitorização e a avaliação assumem particular relevância para o modelo focado na eficácia e na eficiência para o desenvolvimento territorial, pelo que é fundamental uma avaliação integrada que contemple e avalie atores, políticas, processos e metas nos diferentes níveis de atuação.



Capítulo 1 – Diagnóstico

O Diagnóstico Social de Braga é um instrumento dinâmico, de atualização permanente, relevante para a definição de prioridades e linhas estratégicas de intervenção local. Permite a compreensão da realidade social que inclui a identificação das necessidades, das problemáticas prioritárias e respetivas causalidades, bem como dos recursos e das potencialidades locais, que constituem reais oportunidades de desenvolvimento.

A realização do Diagnóstico Social utilizou diversas metodologias para a recolha de informação, designadamente a recolha de dados quantitativos relativos ao concelho, região e ao país, com recurso a fontes oficiais, nomeadamente dados estatísticos relativos à densidade populacional; índice de natalidade, mortalidade, envelhecimento e dependência; percentagem de pensionistas; avaliação gerontológica multidimensional dos idosos a residir no concelho; taxa de analfabetismo, atividade e desemprego; rendimento social de inserção; violência doméstica; acompanhamentos pela CPCJ; pessoas portadoras de deficiências; taxa de abandono escolar precoce e, por último, utentes ativos no centro de resposta integradas.

Procedeu-se também à recolha de informação qualitativa através dos parceiros do Conselho Local da Ação Social e Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesias, através da realização de fóruns e *fócus-group*, fundamentais para a definição do planeamento estratégico permitindo identificar necessidades e problemáticas e a definição de projetos estruturantes prioritários para o desenvolvimento e coesão social no concelho.

1. Diagnóstico Quantitativo

1. População

O concelho de Braga situa-se na região norte do país, possuindo uma extensão de 183,4 km², que está distribuída por 37 freguesias, sendo parte integrante do distrito de Braga. Relativamente à população do concelho este apresenta 181.494 habitantes, 85.525 alojamentos e uma densidade populacional de 991,5 hab/km². A variação populacional do concelho de Braga é de 10,5%, entre 2001 e 2011, o que indica o maior aumento quando comparado com os restantes concelhos.

Tabela 1 – Área, população, variação populacional e densidade populacional, 2011

Concelhos	Área total (km ²)	População residente (total)	Variação populacional (%) entre 2001 e 2011	Densidade populacional (hab/km ²)
Amares	82	18, 889	2	229,5
Barcelos	378,4	120, 391	- 1,4	317,3
Braga	183,4	181, 494	10,5	990,3
Cabeceiras de Basto	241,8	16, 710	- 6,4	68,7
Celorico de Basto	181,1	20, 098	- 1,8	110,4
Esposende	95,4	34, 254	2,8	358,9
Fafe	219,1	50, 633	- 4,0	230,3
Guimarães	241,7	158,124	- 0,9	655,3
Póvoa de Lanhoso	132,7	21, 886	- 3,9	164,1
Terras de Bouro	277,5	7, 253	- 13,1	25,8
Vieira do Minho	218,3	12, 992	- 11,7	59,1
V. N. de Famalicão	201,6	133, 832	4,9	662,7
Vila Verde	228,7	47, 888	2,8	208,6
Vizela	24,7	23, 736	5,1	959,9
Total	2.706,4	848.185	(Média) - 1,3	(Média) 360,1

Fonte: INE, Censos 2011

No total dos habitantes do concelho de Braga existem 86.707 que pertencem ao sexo masculino e 94.787 que correspondem ao sexo feminino, encontrando-se este em maioria (52,2%). A nível distrital pode-se verificar a mesma situação, onde o sexo feminino se apresenta como maioritário, com 439.618 indivíduos, e o sexo masculino está em menor número, apenas com 408.567, apresentando uma relação de

masculinidade¹ de 48,6% de homens para 51,8% de mulheres. Ao analisar a Tabela 2, verifica-se que em todos os concelhos existe uma maioria do sexo feminino.

Tabela 2 – População residente segundo o sexo, 2011

Concelhos	Homens	Mulheres	Total
Amares	9.131	9.758	18.889
Barcelos	58.284	62.107	120.391
Braga	86.707	94.787	181.494
Cabeceiras de Basto	8.115	8.595	16.710
Celorico de Basto	9.749	10.349	20.098
Esposende	16.278	17.976	34.254
Fafe	23.946	26.687	50.633
Guimarães	76.767	81.357	158.124
Póvoa de Lanhoso	10.413	11.473	21.886
Terras de Bouro	3.478	3.775	7.253
Vieira do Minho	6.252	6.745	12.997
V. N. de Famalicão	64.849	68.983	133.832
Vila Verde	22.945	24.943	47.888
Vizela	11.653	12.083	23.736
Total	408.567 48,6%	439.618 51,8%	848.185 100%

Fonte: INE, Censos 2011

Relativamente à faixa etária dos residentes, verifica-se que no concelho de Braga existem 51.765 pessoas com menos de 25 anos e 23.894 com idade superior a 65 anos, o que representa um valor positivo em favor da população infantil, adolescente e jovem. No entanto, a maioria da população (105.835) tem entre os 25 e os 64 anos. Esta mesma tendência é visível a nível distrital, em que a população com idade entre os 25 e os 64 anos está em maior número, com 482.240 indivíduos, seguindo-se o grupo etário com menos de 25 anos, que é constituído por 242.265 residentes. Por fim, a faixa etária com idade superior a 65 anos está em menor número, com 123.680 indivíduos.

Tendo em conta a relação entre as pessoas com idade inferior a 25 anos e as pessoas com idade superior a 65 anos, pode-se dizer que se trata de um concelho e de um distrito bastante jovem. Ainda assim, importa ter presente, o aumento significativo da faixa etária dos 65 ou mais anos, passando de 98.028 indivíduos, em 2001, para 123.680 indivíduos, em 2011, o que revela uma dinâmica e um envelhecimento acelerado do distrito.

¹ Segundo o INE define-se como o “Quociente entre os efetivos populacionais do sexo masculino e os do sexo feminino”.

Tabela 3 – População residente segundo grupos etários, 2011

Concelhos	Grupos Etários (anos)				
	Menos de 14 anos	15 - 24 anos	25 - 64 anos	65 ou mais anos	Total
Amares	3.139	2.392	10.261	3.097	18.889
Barcelos	20.002	15.677	68.165	16.547	120.391
Braga	29.667	22.098	105.835	23.894	181.494
Cabeceiras de Basto	2.723	2.161	8.605	3.221	16.710
Celorico de Basto	3.061	2.582	10.632	3.823	20.098
Esposende	5.655	4.265	19.285	5.049	34.254
Fafe	7.818	6.138	28.236	8.441	50.633
Guimarães	24.712	19.961	91.883	21.568	158.124
Póvoa de Lanhoso	3.570	2.680	11.806	3.830	21.886
Terras de Bouro	945	837	3.692	1.779	7.253
Vieira do Minho	1.778	1.547	6.707	2.965	12.997
V. N. de Famalicão	21.617	16.012	77.759	18.444	133.832
Vila Verde	7.998	5.994	25.595	8.301	47.888
Vizela	3.978	3.258	13.779	2.721	23.736
Total	136.663 16,1%	105.602 12,4%	482.240 56,9%	123.680 14,6%	848.185 100%

Fonte: INE, Censos 2011

2. Índice de natalidade, mortalidade, envelhecimento e dependência

No que diz respeito à evolução da população no concelho de Braga é fundamental analisar o índice de natalidade e mortalidade, de envelhecimento e dependência, como fatores propiciadores de uma atratividade à imigração e de impacto na própria comunidade de acolhimento.

A nível distrital a média da taxa de natalidade é inferior à média da taxa de mortalidade. No distrito de Braga, apesar de os valores se aproximarem, constata-se que existem mais casos de mortes do que de nascimentos. A média da taxa de natalidade, a nível distrital, é de 8,3%, sofrendo um grande decréscimo em relação ao ano de 2001, em que o valor médio era de 12,7%. Por sua vez, a média da taxa de mortalidade é de 9%, no distrito, apresentando um valor médio de 8,7% em 2001, indicando que teve um aumento, mas que não foi muito significativo. A nível do concelho de Braga, verifica-se que a taxa de natalidade é de 10% e a taxa de mortalidade é de 5,9%, o que faz com que exista um excedente de vidas em 4,1%, sendo inferior ao excedente de vidas inferido em 2001 (7,6%).

Respetivamente à taxa de mortalidade infantil² é possível observar que esta taxa, entre 2000 e 2011, apenas sofre variação em 7 dos 14 concelhos. Nestes concelhos, o valor mais elevado foi em Celorico de Basto, com 6,3%, seguindo-se Guimarães, com 5,7% e Barcelos, com 5,6%, tendo uma média superior à do distrito de Braga, que apresenta 4,1%. Os concelhos com uma média inferior à do distrito são os concelhos de Fafe e de Vila Nova de Famalicão, ambos com o valor de 2,5%, no qual se sucede Braga, com 2,2% e, por último, encontra-se Vizela, sendo este o concelho com menor taxa de mortalidade infantil, com um valor de 1,9%. Nos restantes 7 concelhos, as taxas de mortalidade infantil, entre 2000 e 2011, foram nulas (0%), de acordo com a Tabela 4.

Tabela 4 – Natalidade, mortalidade e mortalidade infantil, 2000-2011

Concelhos	Taxa Bruta de natalidade (‰)	Taxa Bruta de mortalidade (‰)	Taxa de mortalidade infantil entre 2000 e 2011 (‰)
Amares	7,6	8,2	0
Barcelos	8,9	6,9	5,6
Braga	10	5,9	2,2
Cabeceiras de Basto	7,9	11	0
Celorico de Basto	7,9	10,4	6,3
Esposende	10,2	7,6	0
Fafe	8,0	8,5	2,5
Guimarães	8,9	6,8	5,7
Póvoa de Lanhoso	7,8	8,6	0
Terras de Bouro	5,4	15,9	0
Vieira do Minho	7,6	13,6	0
V. N. de Famalicão	9	7,1	2,5
Vila Verde	8,2	9,4	0
Vizela	8,7	5,4	1,9
Total (Distrito)	(Média) 8,3	(Média) 9	(Média) 4,1

Fonte: PORDATA, Base de Dados de Municípios 2000/2011

O índice de envelhecimento³ no concelho de Braga é de 82 idosos por cada 100 jovens. Este valor mostra que é um índice baixo visto que o índice de envelhecimento que corresponde ao distrito é de 109,6 idosos por cada 100 jovens (Tabela 5). O valor do índice a nível nacional, em 2011, é de 127,8%, verificando-se assim que, à exceção dos concelhos de Terras de Bouro e de Vieira do Minho, todos os valores são inferiores ao valor do índice de envelhecimento nacional. Este índice, em 2001, a nível distrital

² De acordo com INE, define-se como “número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado durante um período de tempo, normalmente um ano civil, referido ao número de nados vivos do mesmo período”, informação disponível online em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/3180?modal=1>

³ Segundo o INE define-se como “relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos”, informação disponível online em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/925?modal=1>.

apresentava um valor de 77 idosos por cada 100 jovens, concluindo que o índice de envelhecimento sofreu um aumento de 33 idosos por cada 100 jovens. A Tabela 6 permite-nos verificar o índice de envelhecimento relativamente ao ano de 2013.

Tabela 5 – Índice de envelhecimento, 2013

Territórios	Índice de envelhecimento
Portugal	133,5
Continente	136,4
Norte	122,0
Cávado	93,6
Amares	107,0
Barcelos	93,9
Braga	85,6
Esposende	90,5
Terras de Bouro	204,2
Vila Verde	108,5
Total	1175,2

Fonte: PORDATA, 2015

No que diz respeito ao índice de dependência de idosos, explica-se como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos e o número de pessoas com idade igual ou superior a 65 anos, sendo eles representados em percentagem, registou-se um maior número de idosos dependentes na Região Norte, Terras de Bouro e Vila Verde no ano de 2013.

Tabela 6 – Índice de dependência de idosos, 2013

Territórios	Índice de envelhecimento
Portugal	29,9
Continente	30,4
Norte	26,0
Cávado	21,1
Amares	24,2
Barcelos	20,5
Braga	19,3
Esposende	21,1
Terras de Bouro	38,9
Vila Verde	26,1
Total	257,5

Fonte: PORDATA, 2015

3. Percentagem de Pensionistas

Quanto à percentagem de pensionistas, o distrito de Braga registou, em 2012, 194 998 beneficiários de pensões de velhice, 31 316 beneficiários de pensões de invalidez e 68 209 beneficiários de pensões de sobrevivência, havendo um aumento significativo em relação ao ano 2011. Torna-se importante referir um aumento do número de pensionistas (beneficiários das pensões de velhice; pensões de sobrevivência), apoiados pela Segurança Social, em que cerca de 70% das pensões de sobrevivência provenientes da Caixa Geral de Aposentações, não ultrapassam os 500€/mensais.

No ano 2013 registou-se um total de 48 526 pensionistas no concelho de Braga, sendo que 38 965 são da Segurança Social e 9 561 da Caixa Geral de Aposentações.

Tabela 7 – Número de pensionistas no total da população, 2013

Territórios	Pensões (nº)		
	Total	Segurança Social	Caixa Geral de Aposentações
Anos	2013	2013	2013
Portugal	3 615 416	3 001 520	613 896
Continente	3 384 040	2 797 075	586 965
Norte	1 125 339	978 628	146 711
Cávado	110 829	95 685	15 144
Amares	5 147	4 637	510
Barcelos	32 019	29 358	2 661
Braga	48 526	38 965	9 561
Esposende	8 674	7 693	981
Terras de Bouro	2 921	2 545	376
Vila Verde	13 542	12 487	1 055

Fonte: PORDATA, 2015

4. Avaliação gerontológica multidimensional dos idosos a residir no concelho

Do ponto de vista do envelhecimento individual, o município tem desenvolvido, desde 2012 e em parceria com a Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, a avaliação gerontológica multidimensional dos idosos a residir no domicílio, respeitando a distribuição por subgrupo etário e género em cada freguesia, com vista a reunir evidências para a elaboração do Plano Gerontológico concelhio.

Até ao momento foram avaliados 305 idosos pertencentes às freguesias da zona urbana da cidade (União Sé, Cividade, S. João do Souto e Maximinos; S. Lázaro; S.

Vicente; S. Vitor) e das freguesias semi-urbanas (União de Freguesias de Real, Dume e Semelhe; Gondizalves; Mire de Tibães).

A análise dos resultados obtidos permite traçar um perfil gerontológico do idoso do concelho de Braga.

Trata-se de pessoas na meia-idade (aproximadamente 75 anos), pouco escolarizadas (1 e 4 anos), maioritariamente casadas, que exerceram no passado profissões indiferenciadas.

A grande maioria apresenta capacidade para desempenhar as atividades básicas de vida diária, autocuidados e cuidados domésticos, apresentando já limitações moderadas nas atividades instrumentais, que implicam a relação com o exterior.

Foi também identificada a presença de défice cognitivo em aproximadamente 33% dos idosos avaliados, assim como risco de isolamento social e mal-estar emocional.

Do ponto de vista da relação com os contextos de vida (casa, serviços e comunidade), a maioria dos idosos avaliados considera que a sua habitação possui condições adequadas, tendo no entanto identificado, como principais barreiras arquitetónicas, a presença de escadas.

Já no que se refere à relação com o exterior, a maioria admite experimentar dificuldades em deslocar-se fora de casa, sendo as principais dificuldades a mobilidade/equilíbrio e o subir de escadas.

Quanto à avaliação subjetiva da relação com a freguesia, a maioria dos idosos encontra vantagens em viver na respetiva freguesia, tendo identificado como principais vantagens a presença de serviços e comércio diversificados e o aspeto agradável e calmo do meio ambiente. Já no que se refere a necessidades, sugerem melhorias na dimensão relacional, nomeadamente maior companhia de vizinhos, família e amigos. Apesar desta perceção, a maioria dos idosos considera a relação com os vizinhos, próxima e amigável.

A maioria dos idosos possui passatempos, sendo os mais frequentes a participação em atividades recreativas, educativas, físicas, jardinagem, manuais e de passeio.

Quando questionados acerca das razões que os levam a frequentar serviços/equipamentos de apoio a idosos, a grande maioria aponta a necessidade de companhia como o motivo principal, seguido de convívio e ocupação do tempo.

Por fim, na perspetiva dos idosos avaliados, os serviços/equipamentos que consideram mais necessários para melhorar a sua qualidade de vida são o centro de dia, centro de convívio, lar de idosos e serviço de apoio domiciliário.

5. Taxa de Analfabetismo

Sendo a taxa de analfabetismo um indicador crucial no desenvolvimento da população interessa avaliar qual a situação do concelho e do distrito de Braga, comparando e analisando com os resultados do ano de 2001. Ao considerar o analfabetismo em Portugal, pode-se verificar que os valores da taxa de analfabetismo dos habitantes decresceram em todos os concelhos do distrito de Braga, desde 2001. Este facto é positivo para o distrito, visto que a média diminui em 4,1%, a nível distrital. Observando a Tabela 6, também se verifica uma diminuição na taxa de analfabetismo, no concelho de Braga, pois em 2001 possuía 5,8% de analfabetos, decrescendo para 3,4% em 2011, o que, ainda não sendo satisfatório, representa um pequeno progresso.

Tabela 8 – Situação da população do distrito de Braga perante o analfabetismo, 2001-2011

Concelhos	Taxa de analfabetismo (%) 2001	Taxa de analfabetismo (%) 2011
Amares	10,8	6,2
Barcelos	7,6	4,6
Braga	5,8	3,4
Cabeceiras de Basto	16	10,1
Celorico de Basto	16,6	10
Esposende	7,3	4,3
Fafe	9,9	6,2
Guimarães	7,4	4,4
Póvoa de Lanhoso	11,7	7,6
Terras de Bouro	15,6	9,4
Vieira do Minho	12,8	8,4
V. N. de Famalicão	6,7	4
Vila Verde	11,9	7,3
Vizela	7,9	5
Total	(Média) 10,6	(Média) 6,5

Fonte: INE, Censos 2001/ 2011

Ao analisar a Tabela 10, verifica-se uma maior predominância da taxa de analfabetismo no sexo feminino.

Tabela 9- Taxa de analfabetismo por sexo 2011

Territórios	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
Anos	2011	2011	2011
Portugal	5,2	3,5	6,8
Continente	5,2	3,4	6,8
Norte	5,0	3,2	6,6
Cávado	4,5	2,6	6,2
Amares	6,1	3,9	8,3
Barcelos	4,6	2,6	6,4
Braga	3,4	1,9	4,7
Esposende	4,3	2,1	6,2
Terras de Bouro	9,4	6,2	12,2
Vila Verde	7,3	4,5	9,9

Fonte: PORDATA, IEFP/MSESS, 2015

6. Taxa de Atividade

No que concerne aos indicadores socioprofissionais registou-se uma taxa de atividade de 55,9% a nível nacional é de 56,1% na região norte, no ano de 2011. Comparativamente, o concelho de Braga apresentou uma taxa de atividade superior de 62,2%. Torna-se importante mencionar que relativamente à distribuição por sexo, a taxa de atividade foi superior no sexo masculino (66,6%, em 2011) do que no sexo feminino (58,3%, em 2011).

Tabela 10- Taxa de atividade por sexo (%) 2011

Territórios		Sexo		
		Total	Masculino	Feminino
Âmbito Geográfico	Anos	2011	2011	2011
NUTS 2002	Portugal	55,9	61,4	51,0
NUTS I	Continente	55,8	61,2	51,0
NUTS II	Norte	56,1	62,4	50,4
NUTS III	Cávado	59,4	65,2	54,1
Município	Amares	53,8	62,0	46,4
Município	Barcelos	59,5	65,7	53,8
Município	Braga	62,2	66,6	58,3
Município	Esposende	59,5	65,9	53,9

Município	Terras de Bouro	42,7	50,1	36,1
Município	Vila Verde	53,2	62,2	45,2

Fonte: PORDATA, IIEP/MSESS, 2015

7. Taxa de Desemprego

De acordo com os dados dos Censos 2011 é ainda fundamental fazer referência aos casos dos residentes desempregados, fazendo também uma pequena comparação com os dados dos Censos de 2001. A nível distrital, pode-se afirmar que Braga apresenta elevados índices de desemprego. Se compararmos a evolução da população desempregada desde 2001 a 2011, verifica-se que, neste período, o distrito teve um aumento de 34 095 desempregados.

No ano de 2001, o distrito de Braga apresentava 5.896 pessoas desempregadas, verificando-se um aumento para 12.44 no ano de 2011, o que traduziu-se uma taxa de desemprego de 13,2%. Constata-se ainda a existência de maior predominância de desemprego no sexo feminino (14,6) do que no masculino (11,7) no ano de 2011.

No que concerne ao número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, verifica-se uma taxa média anual de 13 443,9 de pessoas inscritas no município de Braga, em que 6 235,0 são do sexo masculino e 7 208,9 do sexo feminino. Existindo uma maior predominância nas faixas etárias mais jovens dos 35-44 (3 095,6) e em pessoas possuidoras de escolaridade mínima obrigatória (3 160,3) no ano 2011.

Relativamente ao número de desempregados inscritos no Centro de Emprego, registou-se no município de Braga 1 492,1 desempregados à procura do 1º emprego e 11 951,8 à procura de novo emprego, no ano 2014. Ainda no referido ano, registou-se 65,0 desempregados do sector primário, 4 760,4 do secundário e 7 019,6 do terciário.

Tabela 11- Situação da população desempregada e taxa de desemprego, 2001-2011

Concelhos	População desempregada 2001	População desempregada 2011	Taxa de desemprego (%)
Amares	543	1.198	14,1
Barcelos	2.631	7.222	12,1
Braga	5.896	12.440	13,2
Cabeceiras de Basto	343	1.016	15
Celorico de Basto	531	1.337	16,3
Esposende	793	1.923	11,3
Fafe	1.631	3.465	14,8
Guimarães	4.528	11.576	14,3

Póvoa de Lanhoso	442	1.243	13,2
Terras de Bouro	337	461	17,1
Vieira do Minho	495	778	16,3
V. N. de Famalicão	3.534	10.248	14,9
Vila Verde	1.053	2.736	12,9
Vizela	608	1.817	14,3
Total	23.365	57.460	(Média) 14,3

Fonte: INE, Censos 2001/ 2011

8. Rendimento Social de Inserção

Outro indicador essencial para a caracterização socioeconómica é o rendimento social de inserção⁴ de que a população residente no distrito de Braga beneficia. De acordo com a tabela abaixo, o concelho de Braga é o que apresenta um maior número de beneficiários do rendimento social de inserção, com 6.599 indivíduos (27,7%). Posteriormente insere-se o concelho de Vila Nova de Famalicão, com 3.921 (16,4%) beneficiários, e o concelho de Guimarães, com 3.400 (14,3%) indivíduos que beneficiam do rendimento.

Tabela 12 – Situação da população beneficiária do RSI, 2011

Concelhos	Beneficiários do Rendimento Social de Inserção
Amares	547
Barcelos	2.323
Braga	6.599
Cabeceiras de Basto	1.097
Celorico de Basto	1.340
Esposende	363
Fafe	2.016
Guimarães	3.400
Póvoa de Lanhoso	605
Terras de Bouro	135
Vieira do Minho	794
V. N. de Famalicão	3.921
Vila Verde	329
Vizela	388
Total (Distrito)	23.857

Fonte: INE, Dados Estatísticos 2011

⁴ Consoante a definição do INE, é a “prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária, Informação disponível *online* em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/4919?modal=1>.

9. Violência Doméstica

Relativamente às situações de violência doméstica, o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga em 2013 efetuou 992 atendimentos, trabalhando em 393 processos de apoio.

Nestes processos de apoio foi possível intervir sobre 322 vítimas diretas que descreveram terem sido vítimas de 1.023 crimes. Acompanhando a propensão de anos anteriores, o Gabinete de Apoio à Vítima de Braga registou que a violência doméstica representa mais de 85% dos crimes. No ano de 2014 foram apresentadas 97 queixas de violência doméstica (Tabela 13).

Tabela 13 – Número de queixas de violência doméstica apresentadas, 2014

Concelhos	Dados recolhidos
Amares	47
Braga	97
Barcelos	145
Esposende	71
Terras de Bouro	11
Vila Verde	83
Total	454

Fonte: NUIPC S-GNR, 2014

10. Acompanhamentos pela CPCJ de Braga

No ano de 2010 foram acompanhados mais de 1000 processos pela CPCJ, sendo que 28,7% (19616) corresponde à soma do seu VPG (Volume Processual Global) a nível Nacional. Destacando-se os distritos de Lisboa (23,3%), Porto (17,3%) e Setúbal (8,8%) com mais representatividade no VPG nacional. Salientando-se ainda os distritos de Braga com 6,9% e o de Aveiro com 5,9%. Estes distritos apresentavam em 2009 uma ordenação inversa: Aveiro representava 7,5% e Braga representava 6,8%. Como se pode verificar pelos resultados apresentados na Tabela 14, no ano de 2014 foram registados 302 novos processos e 351 transitados do ano anterior, sendo 82 reabertos e 305 arquivados, num total de 735 casos no Distrito de Braga.

Tabela 14- Número de processos acompanhados (novos/transitórios) 2014

Territórios	Entrada				Saídas			
	Novos Processos	Transitados 2013	Reabertos	Recebidos de outra CPCJ	Arquivados em Fase Preliminar	Arquivados fase pós-preliminar	Remetidos a tribunal	Enviados para outras CPCJ
Amares	23	124	21	0	5	10	-	3
Braga	302	351	82	-	305		60	13
Barcelos	227	234	73	6	81	277	-	4
Esposende	54	70	24	0	18	63	7	0
Terras de Bouro	27	41	3	0	10	20	-	0
Vila Verde	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	633	820	203	6	419	675	67	20

Fonte: CPCJ, 2014

De acordo com o Relatório de Atividades de 2014, elaborado pela CPCJ de Braga, registou-se no concelho 94 casos de exposição a violência doméstica; 81 casos de negligência; 49 casos de absentismo escolar; 48 casos de comportamentos desadequados; 31 casos de exposição a comportamentos desadequados; 26 casos de maltrato físico; 13 casos de abandono escolar; 7 casos de maltrato psicológico; 6 casos de privação de relações afetivas; 6 casos de ausência de supervisão; 6 casos de abuso sexual; 3 casos de abandono; 2 casos de tentativa de rapto; 2 casos de jovens sem retaguarda acolhidos numa instituição; 2 casos de ausência temporária de suporte familiar; 2 casos de vítimas de bullying e 6 casos com outras especificações (sem retaguarda familiar; sem condições mínimas de habitabilidade; gravidez na adolescência; tentativa de suicídio; mendicidade; rejeição materna). A proveniência das sinalizações pode ser verificada na Tabela 15.

Tabela 15 – Proveniência das sinalizações, 2014

Instituições	N
Estabelecimento de Ensino	110
Autoridade Policial	100
Anónima	31
Atendimento dos Serviços da segurança Social	24
Mãe	23
Estabelecimento de Saúde	18
Pai	17
Outras CPCJ's	17
Tribunal	8
Ministério Público	8
Familiares	8
Instituição de Acolhimento	7
NACJR	4
CAFAP	3
Junta de Freguesia	2
Instituto de apoio à criança	2
APAV	1
Próprio	1

Fonte: CPCJ, 2014

Destes casos, 110 foram sinalizados por estabelecimentos de ensino; 100 pelas autoridades policiais; 31 anonimamente; 24 pelo serviço de atendimento da segurança social; 23 pelas mães; 18 pelo estabelecimento de saúde; 17 através de pais; 17 por

outras CPCJ's; 8 pelo tribunal; 8 pelo ministério público; 8 por familiares; 7 por instituições de acolhimento; 4 pela NACJR; 3 pela CAFAP; 2 pela Junta de Freguesia; 2 pelo instituto de apoio à criança; 1 pela APAV e, por último, 1 pelo próprio.

11. Pessoas Portadoras de Deficiências

Segundo os dados da Tabela 16, podemos verificar a existência de 10 428 residentes portadores de deficiências, em que 1 272 possuem deficiência auditiva, 3 521 deficiência visual, 2 055 deficiência motora, 1 362 deficiência mental, 251 paralisia cerebral e, por último, 1 967 são possuidores de outro tipo de deficiência, relativamente ao ano 2001.

Tabela 16- População residente c/deficiência, segundo o tipo de deficiência (Pordata 2001)

Territórios	Tipo de deficiência						
	Total	Auditiva	Visual	Motora	Mental	Paralisia Cerebral	Outra deficiência
Portugal	636 059	84 172	163 569	156 246	70 994	15 009	146 069
Continente	613 762	81 620	158 427	150 925	66 768	14 292	141 730
Norte	218 555	26 138	59 125	52 710	27 752	6 071	46 759
Cávado	23 506	2 675	6 937	5 493	3 218	672	4 511
Amares	1 090	113	347	274	132	21	203
Barcelos	6 975	750	1 705	1 873	1 028	250	1 369
Braga	10 428	1 272	3 521	2 055	1 362	251	1 967
Esposende	2 181	261	673	481	225	67	474
Terras de Bouro	422	40	92	126	73	17	74
Vila Verde	2 410	239	599	684	398	66	424

Fonte: PORDATA, IEFP/MSESS, 2015

12. Taxa de Abandono Escolar Precoce

Tendo em conta os resultados obtidos nos Censos realizados em 2011, constatou-se em Portugal uma redução do abandono escolar precoce de 63,7% em 1991 para 27,1% em 2011. No Distrito de Braga a taxa de abandono escolar precoce apresentou uma percentagem de 1,29 no ano de 2011.

Tabela 17 – Taxa de abandono escolar, 2011

Local de residência (à data dos Censos 2011)	Taxa de abandono escolar (%) por Local de residência (à data dos Censos 2011)
Portugal	1,58
Continente	1,54
Norte	1,45
Cávado	1,34
Amares	1,68
Barcelos	1,22
Braga	1,29
Esposende	1,39
Terras de Bouro	1,13
Vila Verde	1,69

13. Utentes Ativos no Centro de Respostas Integradas

Relativamente aos utentes ativos no centro de respostas integradas, registou-se no ano de 2014 um total de 1130 utentes, sendo 673 pertencentes ao Distrito de Braga e verificando-se 942 inscrições no centro por consumo de outras substâncias psicoativas.

Tabela 18 – Utentes ativos segundo o concelho de residência, 2014

Concelho	Total Utentes
Amares	30
Barcelos	314
Braga	673
Esposende	35
Terras de Bouro	7
Vila Verde	71
Total	1130

Fonte: CRI, 2014

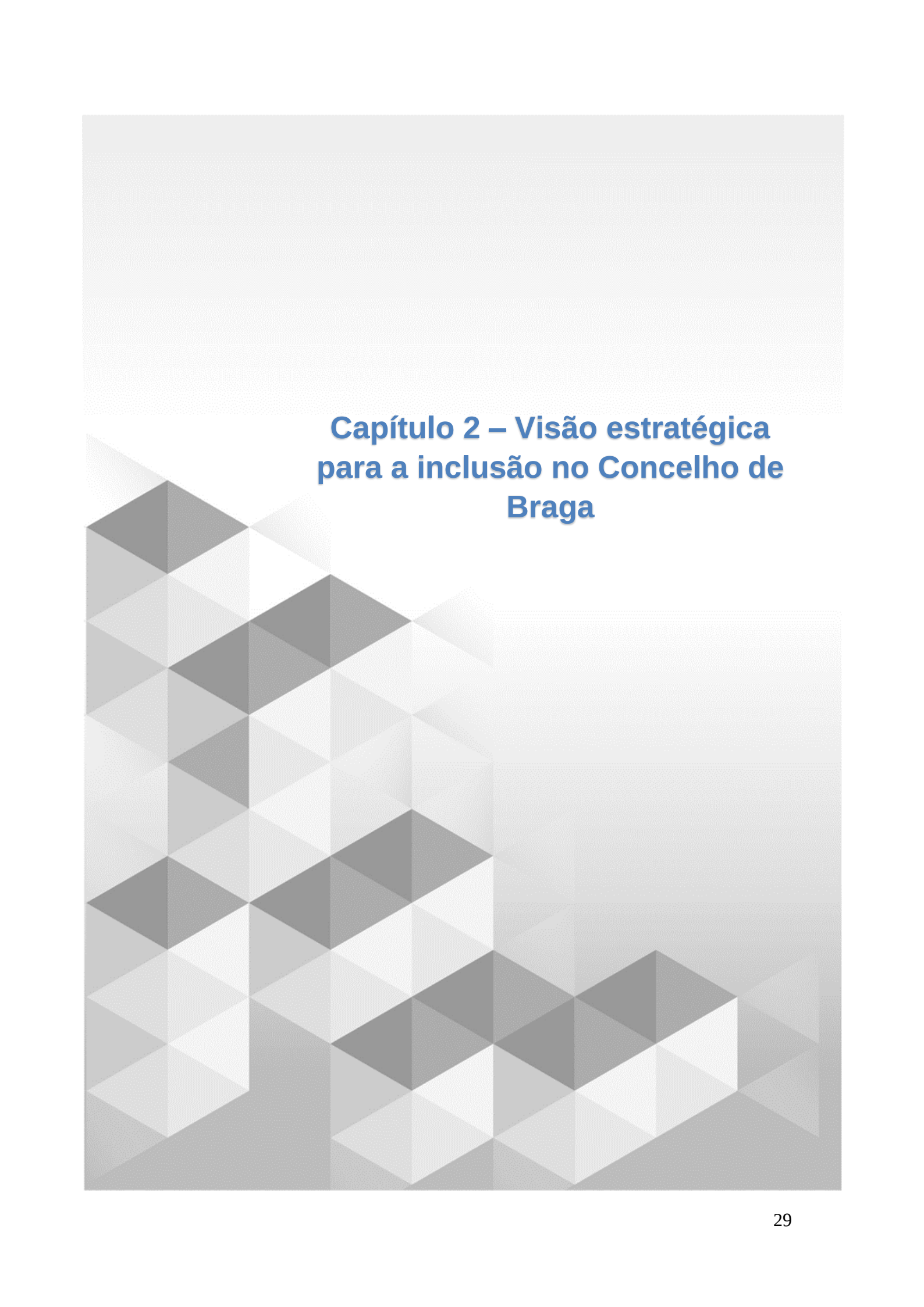
2. Diagnóstico Qualitativo

A promoção de fóruns e *fócus-group* realizados com os parceiros da Rede Social no âmbito do Conselho Local de Ação Social e das Comissões Sociais de Freguesia e Comissões Sociais, Inter-Freguesias permitiram identificar problemáticas prioritárias para o desenvolvimento social do concelho, conforme se apresenta na tabela esquemática abaixo:

Tabela 19 – Identificação de Problemáticas prioritárias de intervenção

Problemáticas prioritárias	Necessidades sociais prioritárias
Violência Doméstica	• Falta de resposta imediata no atendimento e acolhimento de vítimas de violência doméstica; • Falta de acolhimento habitacional a vítimas de violência doméstica; • Falta de autoestima e labilidade emocional das vítimas de violência doméstica; • Falta de respostas de atendimento e acompanhamento a vítimas de violência doméstica.
Deficiência	• Necessidades de inserção socioprofissional; • Sistema de ensino desadequado; • Horário letivo reduzido; • Falta de respostas às famílias que vão de encontro à conciliação entre a vida profissional e familiar; • Falta de respostas sociais.
Pobreza (Insuficiência de Rendimentos)	• Incapacidade de assegurar as despesas básicas; • Dependência financeira relativamente aos apoios concedidos pelos serviços; • Famílias desestruturadas; • Desemprego; • Crianças e Jovens em risco; • Baixos níveis de escolaridade; • Baixos níveis de qualificação profissional; • Doença mental.
CAD (Comportamentos Aditivos e Dependências)	• Vulnerabilidade das crianças e jovens face ao CAD; • Uso/ Abuso de substâncias psicoativas; • Comportamentos desviantes; • Consumos excessivos de álcool; • Famílias desestruturadas.

Migrantes	• Dificuldades de integração na comunidade de acolhimento; • Discriminação/ racismo no acesso aos recursos locais; • Estigmatização de imigrantes; • Dificuldades de inserção profissional.
Minorias Étnicas	• Abandono escolar; • Absentismo; • Baixo nível de competências profissionais; • Desemprego; • Dificuldades económicas.
Envelhecimento	• Vulnerabilidade social; • Ausência de Retaguarda; • Risco de Isolamento social; • Perda de funcionalidade nas atividades com o exterior; • Declínio cognitivo; • Mal-Estar emocional.



Capítulo 2 – Visão estratégica para a inclusão no Concelho de Braga

2.1 Braga Estratégia 21 – Desafios para a inclusão

Este capítulo define uma estratégia para o crescimento inclusivo do concelho, centrada nas potencialidades e oportunidades de desenvolvimento e nos desafios que a intervenção assume numa perspetiva inovadora e transformadora da realidade territorial, em prol do desenvolvimento e coesão social. Apresenta também o processo de construção da visão estratégica para Braga, através da identificação das problemáticas prioritárias da intervenção, de modo alavancar projetos estruturantes que promovam a melhoria das condições de vida e bem-estar dos grupos em situação de vulnerabilidade social.

2.1.1 Potencialidades e oportunidades de desenvolvimento para o concelho de Braga

O município de Braga é, na atualidade, o terceiro maior aglomerado urbano do território nacional. Com um papel central do ponto de vista académico e da dinamização económica no território do Minho, detém uma missão específica no desenvolvimento e na afirmação regional e nacional.

É um concelho jovem, com grande potencial de crescimento económico devido à fixação de várias empresas de âmbito nacional e internacional de referência. É atrativo do ponto de vista do comércio, do turismo e pelo património religioso e cultural, fatores potenciadores da consolidação da “Marca Braga” no contexto regional e sua afirmação internacional.

Afirma-se como potencial de conhecimento, pela existência de duas Universidades, que fomentam a investigação com vista ao desenvolvimento socioeconómico e à inovação, bem como do INL – Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia, que assegura a excelência de investigação em alta tecnologia. Estes contextos de referência, ao nível da ciência e investigação, tornam Braga num concelho criativo, competitivo onde predomina a responsabilidade ambiental, social e a criação de valor.

2.1.2 Visão estratégica para a inclusão

O processo de construção da “Estratégia Braga 21”, realizada no âmbito da Rede Social, teve como pano de fundo uma abordagem sistemática, ao longo do último ano, à identificação das preocupações e problemas concelhios, para posteriormente, se alavancarem projetos que promovam a qualidade de vida e bem-estar da população.

Definiram-se prioridades de ação para o período 2016-2021 com a cooperação dos vários parceiros da Rede Social e também de especialistas na área do planeamento estratégico e metodologias participadas. Deste modo promove-se a análise sobre as visões do Mundo e de Braga, o processo de avaliação e planeamento em toda a intervenção, a importância da governação integrada na intervenção com problemas sociais complexos e a definição de áreas geradoras de desenvolvimento local que necessitam de uma escala de intervenção ao nível supramunicipal (Cávado).

O concelho de Braga assume-se como um polo de atratividade, com grande potencial a incrementar e/ou desenvolver, na área do turismo e na criação de novas áreas de investimento emergentes, de que se destacam as novas tecnologias e a capacidade de fixação de *startups*. Historicamente este concelho é reconhecido pela força do comércio, o qual contém a capacidade de se expandir através de novas ideias que contribuam para a criação e sustentabilidade da “Marca “Braga”.

A complexidade e modelos acelerados marcam a atualidade e, para isso, é necessário que se realizem prognósticos do que se vai fazer e do que vai acontecer, de modo a acompanhar as sucessivas mutações societais, bem como os efeitos das crises que têm assolado a Europa e Portugal e o impacto que as mesmas têm sobre a sociedade. Assim sendo, obrigando à (re)definição das políticas sociais quer externas, principalmente no que respeita à competitividade na mão-de-obra; quer internas, devido a imposições europeias para o país.

Estes pressupostos, internos e externos, criam impactos cumulativos e efeitos imprevisíveis no território que obrigam as sociedades a agir sobre estes cenários de crise. Para tal, é fundamental a atração de investimento e o aumento da produção e produtividade. A definição de políticas orientadas para a (re)qualificação da mão-de-obra e repensar a política social, adotando como valor transversal a Paz Social, assegurando-se a ordem pública e segurança básica para a sociedade.

Esta ação implica sociedades resilientes com capacidade de adaptação contínua face a grandes tendências evolutivas, suportar crises e perturbações sem colapsar, reorganizar a paisagem organizacional, agir sobre o que realmente é necessário, criar novos tipos de economia, redescobrir velhos ensinamentos e dinamização de pequenas economias.

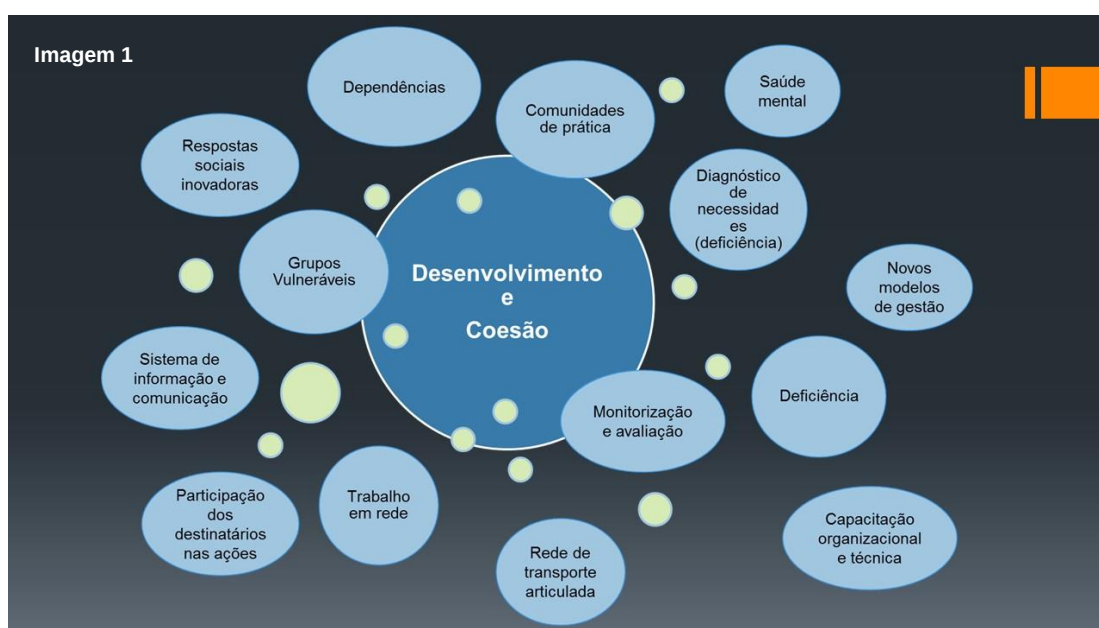
A definição de uma estratégia integrada para o desenvolvimento e crescimento inclusivo implica um modelo de governança como um compromisso para a cidadania, tendo por base os princípios da participação, aprofundamento da democracia e de manifestação de energia cívica. Tal envolve e chama as pessoas a participar no processo de decisão e a encontrar soluções alternativas para os problemas locais e o princípio da subsidiariedade, os problemas devem ser resolvidos o mais localmente possível, através da dinamização de fóruns de discussão e criação de respostas de proximidade.

No âmbito dos fóruns para a identificação de áreas geradoras de desenvolvimento local em Braga e de áreas que necessitam de uma escala de intervenção ao nível supramunicipal (Cávado) realçam-se as seguintes:

- Capacitação das organizações e dirigentes para o trabalho em rede e ao nível da inovação (novas metodologias para uma intervenção junto dos públicos-alvo; novas formas de gestão dos recursos para uma aposta sustentável; programa de ação social);
- Empreendedorismo social ou inclusivo (responsabilidade das organizações na inclusão socioprofissional dos grupos mais desfavorecidos);
- Processo de auto-organização e participação dos públicos-alvo (Qualificação e capacitação dos cidadãos para a participação em processos de desenvolvimento);
- Diagnóstico de proximidade ao nível da deficiência, nomeadamente a adquirida ao longo da vida, e violência doméstica (perceber as necessidades reais do território e a dimensão das problemáticas ao nível concelhio e supraconcelhio);
- Soluções e estratégias para o desenvolvimento autossustentável das organizações do terceiro setor (metodologia do Emprego Apoiado);

- Criação de comunidades de prática (captação de informação; experiência dos Açores; modelos de reflexão e capacitação com técnicos; coordenadores; dirigentes e cidadãos/públicos-alvo);
- Requalificação da paisagem organizacional (previsão de áreas de investimento ao nível das respostas sociais; mapeamento das necessidades sociais; áreas a descoberto: violência doméstica; deficiência e saúde mental);
- Défice de apoio ao transporte para doentes às consultas e processos terapêuticos;
- Grupos-vulneráveis identificados: envelhecimento (isolamento e mais vulneráveis à questão da pobreza); comunidades étnicas (ciganos); pobreza infantil (famílias monoparentais e numerosas); sem-abrigo; toxicodependentes; e beneficiários de RSI;
- Programa de Emergência Social;
- Sistema de gestão e informação (momentos de monitorização e avaliação).

As principais áreas identificadas ressaltaram do quadro esquemático do fórum



A construção da estratégia para Braga foi participada por vários parceiros da Rede Social que assumiram o compromisso de promover a coesão territorial e o crescimento inclusivo para Braga e que definiram este momento de partilha com as seguintes palavras-chave:



Para além desta sessão, foram realizados mais dois fóruns participativos com a colaboração do Conselho Local de Ação Social e das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF), plataforma de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível da freguesia, que tiveram como objetivo analisar práticas de trabalho em rede e de planeamento, bem como definir eixos prioritários de intervenção para o concelho, dos quais surgiram as seguintes linhas de ação:

- 1- Capacitação da Rede Social;
- 2- Atualização do conhecimento sobre o território;
- 3- Otimização dos recursos locais;
- 4- Inovação na criação de respostas sociais.

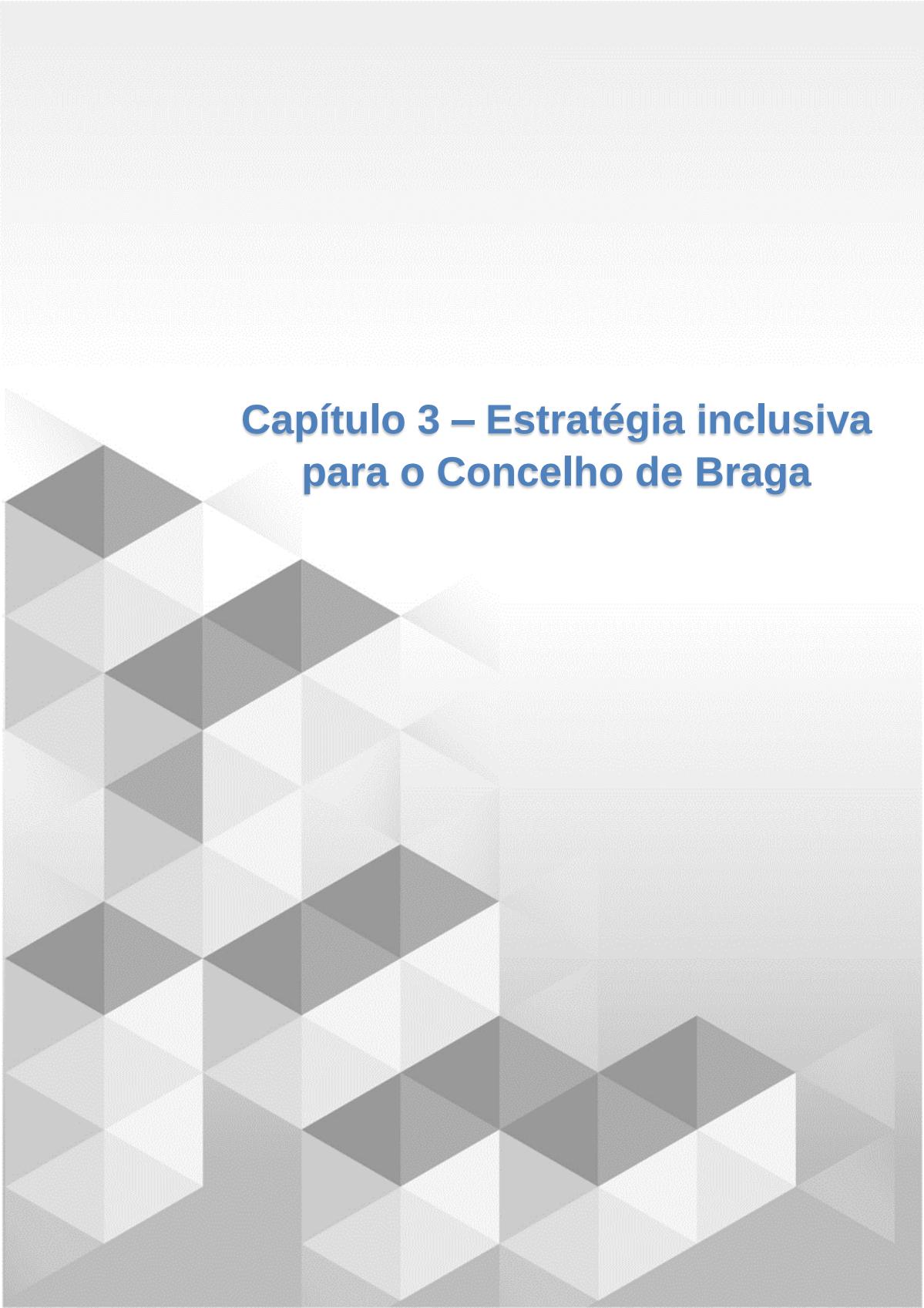
Considerando estas linhas de ação, definiram-se dois eixos de intervenção e seis domínios de investimento prioritários:



Face aos domínios de investimento prioritários foram apresentadas áreas de desenvolvimento:

Imagem 4





Capítulo 3 – Estratégia inclusiva para o Concelho de Braga

Este capítulo operacionaliza a estratégia inclusiva definida para o concelho, apresentando o modelo metodológico de planeamento integrado e participado. Este modelo foi utilizado na compreensão da realidade social do território, com base na experiência dos parceiros da rede social e outros agentes detentores de conhecimento, permitindo definir um compromisso conjunto para a estratégia de ação no território, concretizado em três etapas metodológicas. Este referencial permitiu definir as estratégias de intervenção prioritárias para o concelho organizado em eixos, domínios e projetos estruturantes.

3.1 - Metodologia aplicada de Planeamento

O Plano de Desenvolvimento Social de Braga resulta de um processo de planeamento participado por atores coletivos de diferentes áreas e sectores do concelho, organizado em fóruns de discussão municipais e outras sessões de trabalho, num fluxo de decisão até ao presente documento.

A construção do Plano envolveu os detentores de interesses relevantes para a coesão territorial de Braga através de um processo metodológico participado.

O modelo metodológico baseou-se na construção, reconstrução e desconstrução do conhecimento vivido sobre o território. As metodologias participativas partem sempre da realidade e da experiência dos atores ou detentores de interesse e assentam num processo criativo de reflexão, análise e prática. Um processo desta natureza age sobre a realidade desenvolvendo a confiança e construindo compromissos.

Trata-se de um plano que sistematiza um conjunto de acordos construídos numa base participativa, integrada e articulada entre parceiros do território do setor público e privado com e sem fins lucrativos, da administração central e local, para a ação futura até 2021.

A par do processo metodológico qualitativo, foi integrada informação de relevo de matriz quantitativa (ver diagnóstico social), a qual contribuiu de forma relevante, a par das metodologias participativas, para organizar os eixos e domínios estruturantes deste PDS.

3.1.1 Etapas Metodológicas

1ª Etapa – Compromisso para a Estratégia Territorial

A primeira abordagem materializada através da realização do Fórum: *Braga estratégia 21 – “Coesão Social: Que Desafios para Braga?”* teve como principal objetivo refletir e compreender a realidade de Braga no contexto atual do país e do mundo. Tal permitiu uma primeira aproximação a algumas das dimensões-problema, a partir da leitura de questões chave que condicionam a realidade, e definir a visão estratégica para o concelho.

Debateu-se, também, o modelo de governação, isto é, a forma de gestão do processo de planeamento, monitorização e avaliação do plano estratégico e operacional.

2ª Etapa – Contexto Territorial

O contexto territorial foi tido como o espaço privilegiado para a interação social geradora do melhor conhecimento sobre as condições de concretização da ação e impactes a alcançar.

Materializou-se através de fóruns comunitários com a participação de cerca de 200 organizações, onde se incluem as dez Comissões Sociais Inter-Freguesias e os vários sectores: social, económico, recreativo, cultural, educação, saúde, entre outros.

Os Fóruns revelaram-se um exercício de extrema riqueza para a progressiva focalização do exercício de planeamento estratégico e operacional.

Esta metodologia mostrou-se como um dos mecanismos fundamentais para a compreensão dos detalhes necessários para uma análise da complexidade da realidade e para o compromisso da ação no território.

3ª Etapa - Estabilização e Operacionalização do P.D.S

Esta fase correspondeu à estruturação e validação das linhas estratégicas do plano para orientação da ação, isto é, do plano operacional.

O plano operacional organiza-se através de grupos de trabalho coerentes com as especificidades das organizações que os integram, com vista à construção de projetos estruturantes que concorrem para a concretização dos eixos prioritários e prioridades de investimento.

Nesse sentido, o PDS de Braga estabelece com os parceiros o compromisso de consolidar um processo que alcance resultados transformadores para o concelho.

O PDS ambiciona, portanto, uma intervenção capaz de contribuir para abrir novos horizontes, de maior eficiência e eficácia, na resolução dos problemas locais através de uma participação ativa conducente à elaboração dos produtos operacionais necessários à sua execução.

Saliente-se que, a par do percurso metodológico qualitativo acima narrado, foi construído um referencial com informação quantitativa, que deu origem a: i) diagnóstico quantitativo com análise, ii) sumário estatístico, que apresenta uma sistematização de indicadores de monitorização por áreas temáticas. Este referencial permitiu complementar o conhecimento acerca do território.

3.2 Eixos, Domínios e Prioridades

A estratégia de intervenção do PDS organiza-se em 2 eixos prioritários: Eixo I - Desenvolvimento e Coesão Territorial e Eixo II - Capacitação para a ação, desenvolvidos na tabela que se apresenta:

Tabela 20 – Eixos, Domínios e Prioridades de Intervenção

Eixo I - Desenvolvimento e Coesão Territorial	
Domínio	Prioridades
Empreendedorismo, Emprego, rendimento e iniciativa local	Empreendedorismo para a inovação nos sectores tradicionais; Adequar a oferta educativa e formativa ao mercado; Inclusão dos empresários
Grupos Vulneráveis	Modelo de governação para a gestão de problemas sociais complexos; Responsabilidade Social das empresas para a inclusão social; Intervenção pela arte
Respostas sociais	Mapeamento sectorial das necessidades e de equipamentos e serviços Criação de respostas sociais inovadoras
Eixo II - Capacitação para a Ação	
Domínio	Prioridades
Conhecimento para a ação	Formação Ação Social;
Gestão Organizacional de governação integrada	Gestão de redes interorganizacionais; Gestão Intraorganizacional;

3.3 Projetos Estruturantes

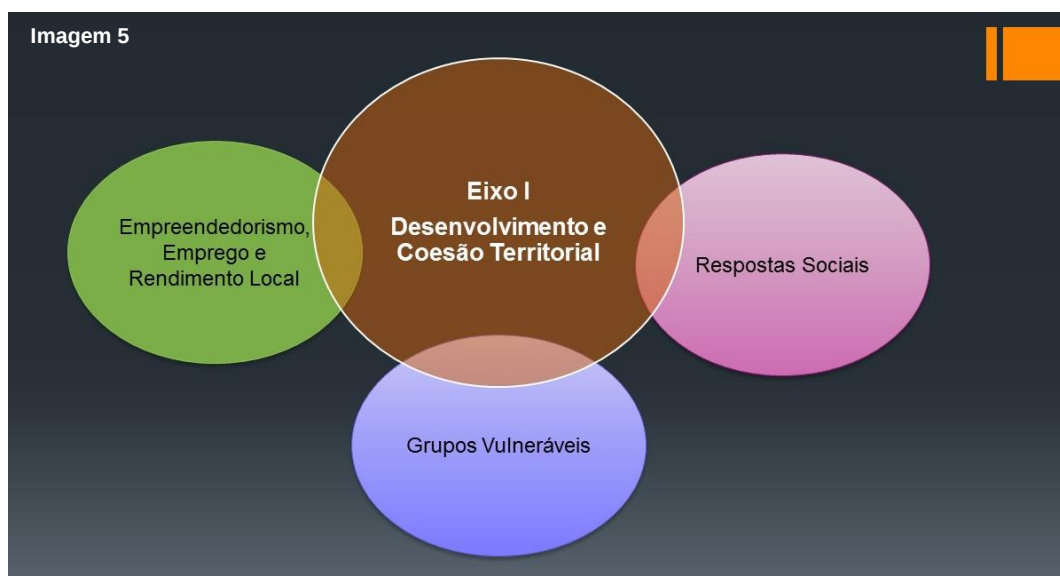
Decorrente dos Eixos e Domínios de Intervenção prioritários foram identificados pelos parceiros da rede social, projetos estruturantes para alavancar o desenvolvimento e coesão territorial.

Eixo I – Desenvolvimento e Coesão Territorial

A coesão territorial é o principal eixo do PDS que visa reforçar o desenvolvimento e a cooperação entre entidades públicas, privadas, com e sem fins lucrativos, e voluntárias num contexto de excessiva fragmentação sectorial e institucional, em diferentes escalas.

O eixo apresenta domínios e projetos capazes de estimular e suportar um processo que alcance o crescimento inclusivo e sustentável com o objetivo estratégico; criar novas oportunidades de empregabilidade e de crescimento económico, respondendo ao desafio de promover o empreendedorismo para a inovação principalmente nos sectores tradicionais.

Este eixo de intervenção inclui três domínios de investimento:



Face a estes domínios, foram criados projetos de intervenção estruturantes representados na Tabela 21:

Eixo 1 - Desenvolvimento e Coesão Territorial					
I Domínio de Investimento - Empreendedorismo, Emprego, Rendimento e Iniciativa local					
Objetivo Estratégico – Criar novas oportunidades de empregabilidade e de crescimento económico					
Projetos	Objetivo Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1.1 Estratégia de marketing e marca "Braga"- academia e empreendedorismo (Tech club)	1.1.1 Potenciar a iniciativa local para o empreendedorismo, através da criação/melhoramento de 3 respostas inovadoras em sectores tradicionais 1.1.2 Promover a transferência de conhecimento para detentores de ideias de negócio de modo a providenciar o empreendedorismo e criação do autoemprego, oportunidades de sucesso empresarial.	Desempregados	Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G- MAKEBRAGA)	ACB; AIMINHO GNRation InvestBraga Rede Social de Braga	2016-2018
1.2 Empreendedorismo social	1.2 Criar uma feira social que reforce o apoio à criação de novas ideias e respostas e que promova a sustentabilidade das instituições, bem como a divulgação de boas práticas com significado social e criativo.	Instituições	Município de Braga - GAS	Rede Social de Braga	2016-2018

1.3 Mercado especializado em sectores tradicionais	1.3.1 Criar uma mostra bimensal de promoção dos produtos tradicionais	População com baixos rendimentos Desempregados	Município de Braga - Gabinete de Ação Social	ACB; AIMINHO; Artesãos de Minho; Rede Social de Braga	2017-2019
1.4 Incubadora de atividades da economia tradicional em cascata	1.4.1 Desenvolver uma oficina de experimentação e revitalização designadamente na área do Turismo e Arte Sacra.	Jovens desempregados Desempregados de longa duração	Município de Braga - Gabinete de Ação Social	GNRation; ACB; AIMINHO Rede Social de Braga	2017-2021
1.5 Plataforma “Elo”	1.5.1 Promover o encontro entre entidades de modo a potenciar estratégias de concertação entre a formação/ensino e as reais possibilidades de integração profissional.	Entidades formadoras Entidades empregadoras Universidades	Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G- MAKEBRAGA)	Município de Braga – Divisão de Educação AIMINHO; ACB; Entidades formadoras; Agrupamentos escolares Rede Social de Braga	2016-2018
1.6 Investigação aplicada FAB LAB	1.6.1 Criar um espaço laboral de experimentação de práticas de intervenção social	Organismos Públicos IPSS Universidades Escolas	Município de Braga - Gabinete de Ação Social	UCP; UM; AIMINHO; ACB; INVESTEBRAGA; GNRation; Rede Social de Braga	2017-2021
1.7 Passaporte Empresa	1.7.1 Criar mecanismo de integração no mercado de trabalho e aquisição de competências sociais pessoais e profissionais aos alunos que tenham concluído o ensino básico obrigatório ou que se encontrem a frequentar/concluir o ensino superior.	Alunos que tenham concluído o ensino básico obrigatório ou que se encontrem a frequentar/concluir o ensino superior	Município de Braga - Gabinete de Ação Social Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G- MAKEBRAGA)	Empresas C.C. Sto. Adrião Santa Casa da Misericórdia de Braga ACB AIMINHO; Rede Social de Braga	2016-2021

1.8 Plataforma Empresa Cidadã	1.8.1 Potenciar a responsabilidade social das empresas; 1.8.2 Promover o voluntariado empresarial; 1.8.3 Facilitar o desenvolvimento de ideias de negócio com o auxílio do conhecimento de profissionais experientes e qualificados, incentivados por políticas de responsabilidade social das empresas de que são parte integrante.	Empresários	Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G- MAKEBRAGA)	Município De Braga – GAS; AIMINHO; ACB; InvestBraga; BLV; Rede Social de Braga	2016-2018
1.9 Projeto Impulso: Promoção do empreendedorismo	1.9.1 Promover uma maior participação das mulheres na esfera pública, estimulando a admissão de pelo menos 60% de mulheres com forte potencial inovador; 1.9.2 Promover conhecimentos de Gestão, Relações Interpessoais/Liderança e de Tecnologias de Informação e Comunicação; 1.9.3 Desenvolver variáveis psicossociais essenciais à prática	Mulheres desempregadas/ iniciativa criação negócio	Die Apfel	Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga; Gabinetes de Inserção Profissional; Instituições Particulares de Solidariedade Social; Centro para a Qualificação do Ensino Profissional Rede Social de Braga	2016-2019

	empresarial, designadamente capacidade de inovação, perspetiva de autoeficácia, resiliência, autocontrolo, autoconfiança e autoestima.				
--	--	--	--	--	--

Eixo 1 - Desenvolvimento e Coesão Territorial					
II Domínio de Investimento – Grupos Vulneráveis					
Objetivo Estratégico - Aumentar os níveis de inclusão da população em situação de vulnerabilidade social					
Projetos	Objetivos Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1. Tecnologias de Apoio à Mobilidade	1.1 Promover a mobilidade, autonomia e independência da pessoa com mobilidade reduzida; 1.2 Incentivar o uso das tecnologias de informação e comunicação, por parte de um público-alvo com características específicas, em particular, e de toda a população em geral; 1.3 Melhorar a qualidade de vida e integração social dos cidadãos com mobilidade reduzida, ao nível da deficiência visual e/ ou auditivo.	Pessoas com e sem Deficiência	ADOC	Autarquias de NUT III – Cávado; Barcelos; Esposende; Vila Verde; Amares e Terras de Bouro; Arquidiocese de Braga; União das Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade; União de Freguesias de São José de São Lazaro e São João do Souto; Light up; DGPC; Licentivos; ACB; Agrupamento de Escolas do Carlos Amarante e Maximinos; Rede Social de Braga	2016-2018
2. Espaço4you	2.1 Criar um espaço de ocupação saudável dos jovens com deficiência através do desenvolvimento de	Jovens portadores de deficiência	Município de Braga – GAS	Grupo temático da deficiência; Rede Social de Braga	2016-2018

	atividades lúdicas e culturais durante as pausas letivas.				
3. Mais tempo na escol@	3.1 Implementar um projeto-piloto numa escola secundária do concelho, que vise promover atividades de melhoria de competências para a empregabilidade e transição para a vida ativa, durante o horário letivo.	Alunos de Educação Especial 11º e 12º ano	Grupo Temático da Deficiência	Agrupamentos Escolares; Rede Social de Braga	2017-2018
4. GAPRIC	4.1 Integração socioprofissional de jovens com deficiência em empresas e instituições concelhias.	Jovens com mais de 18 anos de idade, com deficiência e sem resposta institucional	Associação Pais em Rede (Núcleo de Braga)	Juntas de Freguesias, Agrupamentos de Escolas de Braga; Empresas; Rede Social de Braga	2016-2019
5. “+@migos”	5.1 Desenvolvimento de diversas atividades ligadas ao desporto e às artes, durante os fins de semana dirigidas a crianças e jovens com necessidades especiais.	Famílias de crianças e jovens adultos, com deficiência	Associação Pais em Rede (Núcleo de Braga)	Município de Braga; Juntas de Freguesia; Associações Rede Social de Braga	2016- 2021
6. Marca d´Arte	6.1 Estimular o empreendedorismo e promover o auto-emprego ou a procura ativa para emprego, através da valorização do património cultural e do artesanato; 6.2 Potenciar competências e capacitar para a inovação;	NEET (pessoas que não trabalham, estudam ou estão em formação com e sem deficiência)	ADOC – Associação de Ocupação Constante; APD – associação Portuguesa de deficientes	Município de Braga Universidade do Minho União de freguesias da Sé, Maximinos e Cividade GNRRation Escolas secundárias e profissionais Outras associações congéneres	2016-2018

	6.3 Recriar produtos tradicionais; 6.4 Sensibilizar para a inclusão.				
7. “Diferentes mas Iguais”	7.1 Respeitar integralmente o processo educativo em cada especificidade cultural; 7.2 Promoção do sucesso escolar na etnia cigana.	Minorias Étnicas	Município de Braga- Divisão de Educação	Rede Social Agrupamento de Escolas de Alberto Sampaio	2016-2020
8. “A.S.A.S Aprendizagem, Saber, Autonomia e Sucesso”	8.1 Criar condições para a inclusão de todos os alunos, incluindo os de etnia cigana, promovendo o sucesso educativo.	Minorias Étnicas	Agrupamento de Escolas de Maximinos	Rede Social de Braga	2016-2020
9. Abandonar o Abandono	9.1 Promover a inclusão escolar, a educação formal e não formal, combatendo o insucesso e o abandono precoce da escola.	Minorias Étnicas	Agrupamento de Escolas D. Maria II – Braga	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Município de Braga – Educação; Rede Social de Braga	2016-2020
10. Crescer na Adversidade	10.1 Criar atividades pedagógicas integradas no currículo específico individual que contribuam para o desenvolvimento integral e autónomo dos alunos com necessidades educativas especiais.	Alunos com Currículo Específico Individual (CEI)	Escola E,B 2,3 de Lamações; Município de Braga – Educação	Rede Social de Braga	2016- 2020

11. T3tris.E6G	11.1 Anualmente, aumentar a escolaridade e as competências profissionais das crianças e jovens do Complexo Habitacional do Picoto, Bairro Social de Ponte dos Falcões, Fujacal e Monte de São Gregório, através da promoção da progressão escolar, integração em respostas formativas e da certificação em TIC; 11.2 Anualmente, reduzir a desocupação dos jovens NEET do Complexo Habitacional do Picoto, Bairro Social de Ponte dos Falcões, Fujacal e Monte de São Gregório, através da promoção de competências associativas e de empreendedorismo.	Minorias Étnicas	Centro Cultural e Social de Santo Adrião (Programa Escolhas)	A.E. Alberto Sampaio; A.E. André Soares; A.E. Maximinos; Atlas Cooperativa Cultural; BragaHabit, E.M; Município de Braga; Casa do Professor; Comissão de Proteção de Crianças e Jovens; Inovinter – Centro de Formação e Inovação Pedagógica; Instituto Português do Desporto e da Juventude; Krizo - Educação Arte e Cidadania; Polícia de Segurança Pública; União de Freguesias de São José de São Lázaro com São João do Souto; União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade;	2016-2018
12. Tecla.E6G	12.1 Diminuir os níveis de absentismo escolar junto de 40 crianças, residentes no Bairro Social de Santa Tecla, entre 1 de Janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018; 12.2 Aumentar a qualificação escolar e profissional junto de 20 jovens e 10 adultos do Bairro Social de Sta. Tecla,	Minorias Étnicas	Cruz Vermelha Portuguesa, Delegação de Braga	Agrupamento de Escolas D. Maria. Bogalha, IPSS BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga Câmara Municipal de Braga Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Braga Inovinter - Centro de Formação e de Inovação Tecnológica	2016-2018

	entre 1 de Janeiro de 2016 e 31 de dezembro de 2018; 12.3 Promover o diálogo intercultural e a desconstrução de estereótipos associados à comunidade cigana, em Braga, através de ações de informação/sensibilização, criação de produtos áudio visuais e promoção de ações cívicas e comunitárias, junto de técnicos, famílias e comunidade em geral, ao longo de 3 anos.			Instituto Português do Desporto e da Juventude	
13. “FLUX”	13.1 Combater o insucesso e abandono escolar, através da participação em atividades artísticas continuadas.	Jovens do Ensino Vocacional	Fundação Bracara Augusta (GNRation)	Agrupamentos de Escolas do concelho de Braga; Rede Social de Braga	2016-2018
14. Equipa Técnica de Articulação Educativa (ETAE)	14.1 Proporcionar uma oferta educativa mais individualizada e ajustada a crianças e jovens em potencial risco educacional; 14.2 Desenvolver competências parentais e familiares que facilitem um envolvimento profícuo de crianças e jovens, aumentando o seu bem-estar, para que possam ter um	Crianças e Jovens em potencial risco educacional	Município de Braga- Divisão de Educação	Rede Social de Braga; Agrupamentos de Escolas de Braga	2016-2020

	desenvolvimento adequado à sua faixa etária.				
15. Shine	15.1 Proporcionar oportunidades de ensino artístico especializado de música a crianças e jovens em potencial risco educacional, como principal contributo para a diminuição do absentismo e abandono escolar; 15.2 Criar oportunidades de valorização pessoal e social pela participação em eventos musicais públicos, potenciadores de sentimentos de maior autoconfiança e autoestima; 15.3 Contribuir para a criação de momentos de partilha e reflexão pessoal.	Crianças e Jovens do ensino básico em potencial risco educacional	Fundação Bomfim – Companhia da Música	Município de Braga; CPCJ de Braga; Agrupamento de Escolas Alberto Sampaio; Agrupamento de Escolas André Soares; Agrupamento de Escolas de Maximinos; Rede Social de Braga	2016-2019
16. “Autocarro das Artes”	16.1 Promover as artes como instrumento de integração e inclusão sociocultural de jovens dos bairros sociais de Braga.	Crianças e Jovens em Risco	TIN.BRA- Grupo de Teatro Infantil de Braga	Município de Braga-GAS TUB; Associação Famílias; BragaHabit; Rede Social de Braga	2016
17. “Orquestra Musitutti”	17.1 Promover entre as camadas mais jovens das populações um sentimento de pertença à comunidade escolar;	Crianças e Jovens em Risco	Fundação Calouste Gulbenkian	Município de Braga- GAS Câmara Municipal da Amadora; Ministério da Educação; POR Lisboa; CCDRLVT CPCJ	2016-2018

	17.2 Integração social através da música, destinando-se a prioritariamente a situações de maior vulnerabilidade educativa e social; 17.3 Aumentar a autoestima das crianças e jovens, alargar os seus horizontes vivenciais, culturais, sociais, profissionais, relacionais, contribuindo para a integração e mobilidade escolar e social.				
18. Património e identidade bracarense	18.1 Promover a valorização patrimonial e perpetuação cultural e identitária de Braga;	Pessoas com Deficiências; Minorias Étnicas; Beneficiários do R.S.I; População Idosa;	Município de Braga - Divisão da Educação	Agrupamento de Escolas; Juntas de Freguesia; IEFP; IPSS; Rede Social de Braga	Duração 7 anos
19. “Braga +65”	19.1 Criar um Gabinete de Apoio ao Idoso (GAI) que promova o atendimento e o acompanhamento individualizado de idosos em situação de vulnerabilidade social; 19.2 Informar, sensibilizar e responsabilizar as famílias, os vizinhos e a comunidade sobre os direitos das pessoas idosas;	População Idosa	Município de Braga – GAS	Rede Social; GNR; PSP	2016-2021

	19.3 Sinalizar situações suscetíveis de afetar a segurança do idoso, a sua saúde e/ou bem-estar; 19.4 Agilizar o acesso aos serviços e parceiros disponíveis (resposta multisserviços); 19.5 Promover atividades socioeducativas e ações de capacitação, aumentando os níveis de literacia, na área da saúde e jurídica; 19.6 Promover a mobilidade e a melhoria da condição física dos idosos através da participação em programas desportivos; 19.6 Criar uma linha telefónica de apoio aos idosos; 19.7 Disponibilizar o acesso a um kit – serviço de teleassistência a idosos que vivam sós e/ou isolados ou em situação de vulnerabilidade social.				
20. Envelhecimento Ativo	20.1 Dinamizar o projeto de voluntariado de proximidade, de modo a proporcionar o apoio pessoal e social à população	População Idosa	Município de Braga - GAS	Rede Social de Braga	2016-2021

	idosas através da intervenção de voluntários que disponham de algum do seu tempo para fazer companhia aos idosos e apoia-los em pequenas tarefas; 20.2 Fortalecer a participação das pessoas idosas na vida comunitária nomeadamente, em programas de voluntariado social e cultural; 20.3 Implementar o Plano Gerontológico Municipal como estratégia de intervenção a desenvolver junto da população sénior numa lógica de promoção da sua qualidade de vida; 20.4 Criar uma bolsa de cuidadores informais na área da promoção da saúde, que apoie e oriente os idosos em situação de isolamento social.				
21. Segurança em sentido obrigatório!	21.1 Melhorar a segurança dos idosos e a adoção de comportamentos de prevenção de riscos; 21.2 Promover ações de informação dirigida aos idosos sobre cuidados a	População Idosa	Município de Braga - Polícia Municipal	Rede Social de Braga	2016

	adotar ao nível de prevenção rodoviária enquanto peões e passageiros.				
22. Inclusão da população idosa pela prática artística	22.1 Desenvolver um projeto de inclusão social pela prática artística, promotor do envelhecimento ativo e de estimulação cognitiva da população idosa; 22.2 Contribuir para a diminuição do isolamento social e estimular o alargamento das redes informais; 22.3 Incentivar a participação da população idosa em atividades de âmbito cultural.	População Idosa	Fundação Bomfim – Companhia da Música	Município de Braga; Arte Total; TimBra; Rede Social de Braga	2016-2018
23. Memórias e Saberes	23.1 Potenciar a melhoria da função cognitiva e a socialização das pessoas idosas, através de técnicas de estimulação cognitiva e motora; 23.2 Criar um atelier de preservação das memórias, saberes e fazeres da população idosa, que potencie a melhoria das suas competências pessoais e sociais;	População Idosa	Grupo Temático do envelhecimento	IPVC; GNRation Rede Social de Braga	

24. “Café Memória”	24.1 Melhorar a qualidade de vida e redução do isolamento social das pessoas com problemas de memória ou demência bem como dos respetivos familiares e cuidadores; 24.2 Sensibilizar a comunidade para a relevância crescente do tema das demências, reduzindo, assim, o estigma que lhe está associado.	População com Demências e Alzheimer	Município de Braga - GAS	ACES Braga; Bernardo da Costa; Tools ...to live; Café “A Brasileira”; Rede Social de Braga	2016-2021
25. Abrig`Arte	25.1 Melhoria das competências pessoais e sociais de pessoas sem-abrigo (SA), através da intervenção pela arte (teatro, musica e dança); 25.2 Criar ações de voluntariado promotoras da participação cívica das pessoas sem-abrigo; 25.3 Criar uma equipa de proximidade, que estabeleça articulação entre a população sem-abrigo e os serviços; 25.4 Alargar a rede informal das pessoas sem-abrigo;	Pessoas sem-abrigo	Grupo Temático SA	Gulbenkian Tin.bra Companhia da música GNRation; Rede Social de Braga	2016-2018

	25.5 Promover processos de autonomização e emancipação das pessoas sem-abrigo através da sua valorização educativa e profissional.				
26. Housing First	26.1 Proporcionar o acesso imediato a uma habitação individualizada a pessoas sem-abrigo que se encontrem a viver na rua, na cidade de Braga, há vários anos e sem intervenção.	Pessoas sem-abrigo (SA)	Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga	Imobiliárias; Empresários e mecenas da comunidade; Rede Social de Braga	2016-2021
27. Governação integrada no apoio aos sem-abrigo	27.1 Garantir o acompanhamento integrado de cooperação entre as diversas entidades com ação na gestão e governação, no apoio a pessoas sem-abrigo.	Pessoas sem-abrigo (SA)	Grupo Temático SA	Rede Social de Braga	2016-2021
28. O nosso mundo, o nosso lar!	28.1 Promover a inclusão comunitária e o bem-estar holístico de pessoas sem-abrigo do município de Braga, com recurso aos Serviços dos Ecossistemas.	Pessoas sem-abrigo do Município de Braga População escolar (nível secundário e superior) População em geral	Sociedade Portuguesa de Vida Selvagem – Unidade de Educação Ambiental (SPVS-UEA)	Grupo Temático dos sem-abrigo; Banco Local de Voluntariado de Braga; Empresas Locais;	2016-2019
29. “Fénix”	29.1 Integrar socialmente pessoas SA em atividades artísticas continuadas; 29.2 Aumentar os níveis de autoestima dos participantes; 29.3 Diminuir os comportamentos de risco.	Pessoas SA	Fundação Bracara Augusta - GNRation.	Cruz Vermelha Portuguesa - Delegação de Braga; Rede Social de Braga	2016-218

30. CRER – Capacitar, Requalificar, Empregar, Recriar	30.1 Capacitar e empregar em sectores tradicionais, em situação de vulnerabilidade económica; 30.2 Requalificar profissões tradicionais através da criação de ateliês de aprendizagem de artes e ofícios.	Beneficiários do R.S.I; Pessoas em situação de vulnerabilidade económica	Grupo Temático da Pobreza	ADOC; Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga; UM; União de Freguesias Maximinos, Sé, Cividade; SAAS Cunha; SAAS ST. Adrião; SAAS Sempre a Crescer; Fundação BONFIM; UCC; AKI; IKEA	2016-2019
31. Plano Municipal para a Igualdade de Género e Cidadania	31.1 Implementar políticas locais no âmbito da promoção da igualdade de género e cidadania, através da elaboração de um plano municipal.	População em geral	Município de Braga – GAS	Grupo Temático para a Igualdade; Rede Social de Braga	2016-2018
32. Assis	32.1 Criar um espaço de acolhimento de emergência específico para situações de violência doméstica.	Vítimas de Violência Doméstica	Município de Braga - GAS	Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G-MAKEBRAGA); Convento Montariol; GNR,PSP; APAV; CPCJ; UM – Associação de Psicologia;	2016-2019
33. “Dharma”	33.1 Criar um espaço de informação e acompanhamento a vítimas de violência doméstica; 33.2 Criar apartamentos de transição para apoio à inserção de vítimas de violência doméstica na vida ativa.	Vítimas de Violência Doméstica	Município de Braga – GAS	Bragahabit; SOROPTIMIST; Porto Invicta; Caritas Arquidiocesana de Braga (CLDS3G-MAKEBRAGA); Rede Social de Braga	2016-2019

34. CAD – Comportamentos Aditivos e Dependências	34.1 Implementar um programa de desenvolvimento de competências pessoais e sociais num agrupamento de escolas através da capacitação de crianças do 1º ciclo face aos CAD.	Alunos do 1º ciclo	Grupo Temático CAD	Agrupamentos de Escolas; UM; Centro de Formação Braga Sul; Rede Social de Braga	2016-2019
35. Fortalecer Famílias	35.1 Criar espaços de participação, reflexão e formação para famílias sobre comportamentos aditivos e dependências.	Famílias com filhos em idade escolar	Grupo Temático CAD	UM; Agrupamentos Escolares; Rede Social de Braga	2016-2019
36. “Aproximar +”	36.1 Promoção da política de redução de riscos e minimização de danos junto de consumidores de SPA (Substâncias Psicoativas) e PLA (Problemas ligados ao álcool); 36.2 Promoção da motivação e do envolvimento no processo de mudança; 36.3 Envolvimento da comunidade na problemática.	Consumidores de (SPA) e (PLA)	Cruz Vermelha Portuguesa	Rede Social de Braga	2016- 2019
37. Acompanhar na integração	37.1 Promover a inclusão social de pessoas que tenham tido problemas com dependências.	Dependentes que tenham concluído o seu tratamento e que se encontrem com dificuldades de integração laboral/formativo	Centro de Solidariedade de Braga/Projecto Homem	Grupo Temático Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD) Rede Social de Braga	2016-2018

38. +ATITUDE	38.1 Desenvolver intervenções preventivas universais que promovam o não consumo e/ou que retardem a idade do início do uso/abuso de substâncias psicoativas fornecendo aos grupos identificados informação e competências necessárias.	Crianças e jovens, entre os 10 e os 19 anos; Elementos estratégicos da comunidade escolar	Cruz Vermelha Portuguesa	Grupo Temático Comportamentos Aditivos e Dependências (CAD); Rede Social de Braga	2016- 2018
39. BragaValoriza	39.1 Criação de uma associação intercultural que promova a partilha entre as diversas culturas existentes e o fomento de atividades de mediação com a sociedade de acolhimento.	Imigrantes	Grupo Temático Imigrantes	Associações Imigrantes; UM; Rede Social de Braga	2017-2019
40. Curso de português	40.1 Criação de um curso de português para imigrantes.	Imigrantes	Município de Braga – Gabinete de Apoio Emigrantes/Imigrante	Agrupamentos Escolares; Centro de Emprego e Formação Profissional de Braga; Grupo Temático dos Imigrantes/Minorias Étnicas; Rede Social de Braga	2016-2017
41. CLAI – Centro Local de Apoio à Integração de Imigrantes	41.1 Informar e encaminhar o/a imigrante face aos assuntos apresentados; 41.2 Impulsionar a participação do/a imigrante no seu percurso de integração;	Imigrantes e População em geral	Cruz Vermelha Portuguesa	Organização Internacional das Migrações; ACM; SEF; Escolas; ONG`S; IPSS`S	2016-2018

	41.3 Informar/sensibilizar diferentes públicos (técnicos ONG'S, IPSS'S, Escolas, etc.) para as questões migratórias; 41.4 Articulação com diferentes instituições para promoção da integração da população imigrante.				
42.(Anti) Corpos- Contra o Tráfico de Seres Humanos	42.1 Promover a defesa e dignidade de vítimas de Tráfico Humano e violência de género, por via da sensibilização à comunidade e o atendimento de vítimas.	Alunos terceiro ciclo e de escolas profissionais; Profissionais (ong's;ipss's, saúde, forças policiais, comunicação social, emprego, etc.); População em geral	Cruz Vermelha Portuguesa	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Polícia Judiciária; Equipa de Emergência ao Tráfico de Seres Humanos da Associação para o Planeamento da Família (APF); Organização Internacional das Migrações; Escolas terceiro ciclo; Escolas profissionais; Instituições com representação local (ex. Cáritas, APAV), S. Social;	2016-2017
43. Mediação Intercultural na inclusão de migrantes no concelho de Braga	43.1 Promover, através da mediação, a coesão social dos migrantes; 43.2 Promover a autonomização dos migrantes e a sua participação social;	Migrantes	UM; Município de Braga – GAS /GAEI	Grupo Temático dos Imigrantes; Rede Social de Braga	2016-2017

	43.3 Promover a comunicação entre os diversos protagonistas da comunidade local: serviços públicos e privados, profissionais e cidadãos migrantes e autóctones.				
44. Valoriza, descobrindo-te	44.1 Valorizar as diferentes culturas existentes no concelho.	Migrantes	UM; Município de Braga – GAS/GAEI	Grupo Temático dos Imigrantes; Rede Social de Braga	2016

Eixo 1 - Desenvolvimento e Coesão Territorial					
II Domínio de Investimento – Inovação nas Respostas Sociais					
Objetivo Estratégico - Requalificar a paisagem organizacional do concelho de Braga					
Projetos	Objetivos Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1. Mapeamento dos equipamentos e respostas sociais	1.1 Criar um instrumento orientador da definição das respostas e equipamentos sociais para o concelho.	Instituições	Segurança Social	Rede Social de Braga	2016-2018

Eixo 1 - Desenvolvimento e Coesão Territorial					
III Domínio de Investimento – Inovação nas Respostas Sociais					
Objetivo Estratégico – Aumentar a qualidade e inovação das respostas sociais					
Projetos	Objetivos Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1. Respostas Sociais Inovadoras	1.1 Criar respostas para pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade e desproteção social, prioritariamente na área da saúde mental, deficiência e envelhecimento e outras com justificação social do impacto da problemática.	População Vulnerável	Segurança Social de Braga	Rede Social de Braga	2016-2021

Eixo II – Capacitação para a Ação

O Eixo da Capacitação para a ação tem como principal objetivo capacitar organizações públicas e privadas sem fins lucrativos, técnicos, dirigentes e públicos vulneráveis, entre outros. Este eixo visa, assim, aumentar competências aos níveis pessoal, técnico e organizacional, que gerem resultados e impactes na intervenção.

Este Eixo da capacitação aposta, sobretudo, na necessidade de se desenvolverem e aumentarem competências técnicas não convencionais considerando os desafios da sociedade contemporânea.

Trata-se do pilar criador de capacidades aos agentes organizacionais, individuais e coletivos, de conhecimentos ao nível de standards metodológicos e estratégias para a implementação e consolidação do objetivo central deste plano, o desenvolvimento e coesão territorial.

A capacitação dos agentes é um processo-chave, atendendo aos novos paradigmas de intervenção. Destaca-se a necessária capacitação sobre o modelo organizacional em forma de rede, exigido para a construção e gestão de abordagens inovadoras face aos desafios do atual ciclo de fundos estruturais – o Portugal 2020.

Este Eixo tem como objetivo estratégico aumentar os níveis de capacitação de agentes para uma intervenção qualificada para o desenvolvimento e coesão territorial, dividindo-se em dois domínios de investimento:



Neste contexto, foram criados projetos de intervenção fundamentados na Tabela 22:

Eixo 2 - Capacitação para a Ação					
I Domínio Investimento – Conhecimento para a Ação					
Objetivo Estratégico - Aumentar os níveis de capacitação de agentes para uma intervenção qualificada para o desenvolvimento e coesão territorial					
Projetos	Objetivo Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1. Formação Rede em Ação (FAR)	1.1 Capacitar os parceiros da rede social nos domínios da informação, da participação e negociação no âmbito das políticas sociais; 1.2 Promover o trabalho em rede, visando a troca de experiencias e divulgação de boas praticas; 1.4 Capacitar técnicos da rede social para a qualificação das comissões sociais.	Comissões Sociais de Freguesia e Inter-Freguesias	Município de Braga – GAS; Segurança Social	Rede Social de Braga	2016-2017
2. Hemera	2.1 Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio da promoção da igualdade de género e cidadania; 2.2 Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio	Profissionais	Município de Braga – GAS	CIM Cávado; Rede Social de Braga	2016- 2017

	de prevenção e combate á violência doméstica; 2.3 Ações de formação de públicos estratégicos com intervenção no domínio de apoio e acompanhamento especializado a vítimas e agressores.				
3. Capacitação Redes Sociais do Cávado	3.1 Capacitar os técnicos das diferentes instituições e agentes locais para a intervenção em rede; 3.2 Assegurar o desenvolvimento de competências para a intervenção no âmbito de problemas sociais prioritários do território.	Técnicos e dirigentes das IPSS, autarquias e outras entidades envolvidas nas respostas sociais	CIM Cávado	Autarquias; Redes Sociais Municipais; União das Misericórdias; UDIPSS Braga; CDSSSB; Organizações do 3º setor; Rede Social de Braga	2016-2018
4. FAS-Qualidade	4.1 Fomentar a melhoria dos serviços prestados às populações, pelas instituições particulares de solidariedade social, nos domínios da melhoria dos processos de gestão e das qualificações dos dirigentes e dos trabalhadores; 4.2 Aumentar as competências de gestão e organização das instituições da rede social de modo a melhorar os serviços prestados às populações.	Organizações do 3º setor	Município de Braga – GAS	CIM Cávado; Rede Social de Braga	2017-2018

Eixo 2 - Capacitação para a Ação					
II Domínio Investimento – Gestão Organizacional de Governança Integrada					
Objetivo Estratégico – Cooperação estratégica interorganizacional					
Projetos	Objetivo Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1. Governança Integrada	1. Criar sistema de informação/ comunicação de governança integrada transectorial e multicultural.	Parceiros da rede social	Município de Braga- GAS; Segurança Social	Rede Social de Braga	2017-2019

3.4 Estratégias Concertadas

3.4.1 Alinhamento com a estratégia Portugal 2020

A construção do Plano de Desenvolvimento Social acontece num momento de replaneamento da intervenção territorial em alinhamento com a Estratégia Europa 2020 e, simultaneamente, com o novo quadro comunitário Portugal 2020. Este é um momento de oportunidades de financiamento nas diferentes escalas territoriais, desde os Programas Operacionais Regionais aos Programas Operacionais Temáticos⁵, que importa analisar e subscrever para o delinear das opções estratégicas de intervenção para o concelho no horizonte temporal 2015-2020.

A Estratégia Europa 2020 tem como foco o robustecimento da economia europeia na criação de níveis elevados de emprego, de produtividade e de coesão social e territorial. Para tal, subscreveu como prioridades estratégicas, a promoção de um *crescimento inteligente* (desenvolver uma economia baseada no conhecimento e na inovação), *sustentável* (promover uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva) e *inclusivo* (fomentar uma economia com níveis de emprego que assegura a coesão social e territorial).

A coesão social e territorial, por via destas prioridades de crescimento, será materializada pelo alcance dos objetivos e metas fixadas ao nível da União Europeia, em termos de investigação e inovação, alterações climáticas e energia, emprego, educação e redução da pobreza para 2020. Para o efeito, a preparação do quadro comunitário Portugal 2020 (Acordo de Parceria) foi desenhado à luz das orientações da Estratégia Europa 2020, traduzindo-se na definição de um conjunto de objetivos e domínios temáticos (competitividade e internacionalização, inclusão social e emprego, capital humano e sustentabilidade e eficiência no uso de recursos) e trajetórias nacionais que contribuam para o alcance das metas europeias para 2020.

No âmbito da construção do documento orientador da estratégia de intervenção da Rede Social de Braga e os eixos prioritários de intervenção construídos com os parceiros do CLAS para o período de vigência deste documento, orientamos a análise nos conteúdos da Estratégia Europa 2020 e do Portugal 2020, no domínio do crescimento inclusivo. Assume-se como foco de intervenção para o concelho o

⁵ POT da Competitividade e Internacionalização; POT da Inclusão Social e Emprego; POT do Capital Humano; POT da Sustentabilidade e Eficiência no uso de Recursos e Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020.

desenvolvimento de estratégias de intervenção que promovam oportunidades de *emprego* (dificuldades no reingresso ao mercado de trabalho, desemprego estrutural de longa duração e jovens qualificados), aumento das *qualificações* (desenvolvimento e aquisição de competências ao longo da vida) e *luta contra a pobreza* (diminuição do rendimento advindo do trabalho e grupos mais vulneráveis).

A Comissão Europeia apresenta ainda um conjunto de iniciativas emblemáticas que visam estimular o progresso de cada prioridade de crescimento e objetivos temáticos. Para o domínio inclusivo criou a “*Agenda para novas qualificações e novos empregos*” (aquisição de novas qualificações para a adaptação às novas condições do mercado e trabalho, reduzir o desemprego e aumentar a produtividade do trabalho) e a “*Plataforma Europeia contra a Pobreza e Exclusão Social*” (inclusão ativa das pessoas mais afastadas no mercado de trabalho, aquisição de um nível suficiente de competências e qualificações políticas de igualdade entre homens e mulheres para dar resposta às disparidade de rendimento, e trabalho em parceria e aproveitamento das potencialidades da economia social).

O Acordo de Parceria Portugal 2020, celebrado com a Comissão Europeia, subscreve os princípios e orientações da Política de Coesão Social da União Europeia, designadamente o investimento progressivo no trabalho em parceria (envolvimento dos diferentes atores e parceiros locais, regionais e nacionais) e a promoção da coesão económica, social e territorial nas diferentes escalas territoriais. Para tal, apresenta a montagem de um conjunto de instrumentos ao nível sub-regional, designadas por Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial, que implica as autoridades regionais, sub-regionais e locais.

O PDS concelhio foi construído em coerência com o plano de desenvolvimento social supra concelhio, numa abordagem de governação multinível e transectorial.

Relativamente ao alinhamento com a estratégia Portugal 2020 para o crescimento inclusivo apresenta-se na Tabela que se segue as metas europeias, bem como os objetivos temáticos no Portugal 2020 e eixos prioritários para o Norte e Cávado.

3.4.2 Alinhamento com o Plano Supraconcelhio do Cávado

O planeamento estratégico para o desenvolvimento e coesão territorial de Braga pressupõe uma intervenção de Governação multinível, freguesia, concelho, região e europa, pelo que converge para a identificação de áreas estratégicas que assumem uma escala supramunicipal para gerar desenvolvimento territorial.

Numa lógica de convergência, interligação e criação de sinergias definiu-se com as redes sociais da Plataforma Supraconcelhia do Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde) a orientação metodológica para a elaboração dos documentos estratégicos em ambas as escalas, concelhia e supraconcelhia.

Neste contexto, foi concertado que em cada concelho da NUT III Cávado (Amares, Barcelos, Braga, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde) se identificaria um “Projeto-Estrela”. Este é entendido como o projeto emblemático de cada concelho na NUT III Cávado que simultaneamente diferencia o concelho e cria uma identidade territorial partilhada, permitindo potenciar a capacidade já existente ao mesmo tempo que associa inovação e escala ao projeto.

Estes projetos têm como finalidade criar mecanismos colaborativos de trabalho em rede, gerar uma marca diferenciadora e uma identidade territorial, subjacente a um processo de aprendizagem e transferência de conhecimento inter-concelhos, partilhar boas práticas e criar de escala transconcelhia para os projetos de cada um dos concelhos.

Um território é definido enquanto espaço de desenvolvimento social pelas intervenções inovadoras e de qualidade que pode gerar. Nesse sentido, os projetos estrela são uma ferramenta de diferenciação e especialização complementar do território ao criarem clusters temáticos à volta de projetos que identificam os concelhos que os implementam.

Estão subjacentes a este projeto os seguintes critérios:

- Inovação – são projetos que atuam na cadeia de inovação (produto, processo, proposta de valor);
- Transferibilidade e replicabilidade – são projetos que têm condições de transferibilidade e replicabilidade na NUT;

- Adaptabilidade – são projetos que preveem e definem as condições experimentais de adequação e adaptação aos outros concelhos;
- Modelização – Disponibilizam o seu modelo técnico e de implementação definido (chave na mão) - são projetos que sistematizam a metodologia utilizada e disponibilizam o seu guião técnico de implementação;
- Impacto social relevante – estão focados numa problemática social relevante, reconhecida pela Plataforma Supra concelhia;
- Impacto territorial relevante – são uma oportunidade de afirmação e especialização do território Cávado numa temática considerada relevante interna e externamente;
- Projetos de micro escala – não estão condicionados pela existência de investimentos avultados nem condições infra estruturais significativas podendo ser replicados em territórios de qualquer densidade;
- Projetos smart – projetos com forte intensidade de conhecimento e especialização técnica;
- Projetos integrados e em rede – são projetos modulares, multidimensionais e multi institucionais (com vários parceiros implicados e desenvolvidos) na rede social.

A implementação dos Projetos Estrela implicou três requisitos ao nível do planeamento:

- A participação dos parceiros é critério decisivo na capacidade de produção de impacto social e eficácia do projeto;
- Ciclo de desenvolvimento e experimentação num concelho e depois o teste à sua implementação no conjunto da NUT;
- A avaliação e replicação são enquadradas numa parceria de desenvolvimento e disseminação que envolve todas as redes enquanto parceira.

O Projeto Estrela de Braga definido para o Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado é apresentado na Tabela 23:

Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Cávado					
Eixo I – Economia Inclusiva					
Objetivo Estratégico – Capacitar grupos em situação de vulnerabilidade social potenciando a sua integração no mercado de trabalho					
Projetos	Objetivo Específicos	Grupo-alvo	Entidade Promotora	Entidades Parceiras	Horizonte temporal
1.1 Braga Estrela	1.1.1 Promover a aquisição e desenvolvimento de competências pessoais e sociais com vista a melhorar as capacidades de inserção profissional e manutenção do emprego; 1.1.2 Consciencializar para a necessidade de desenvolver novas atitudes e comportamentos tendo em vista a inserção profissional e manutenção do emprego; 1.1.3 Desenvolver uma atitude reflexiva e ativa face aos desafios e oportunidades do mercado de trabalho.	Pessoas com deficiência ou incapacidade; Beneficiários do R.S.I; Vítimas de violência doméstica;	Município de Braga - GAS	Rede Social de Braga	2016-2019

3.4.3 Alinhamento com Instrumentos de Planeamento

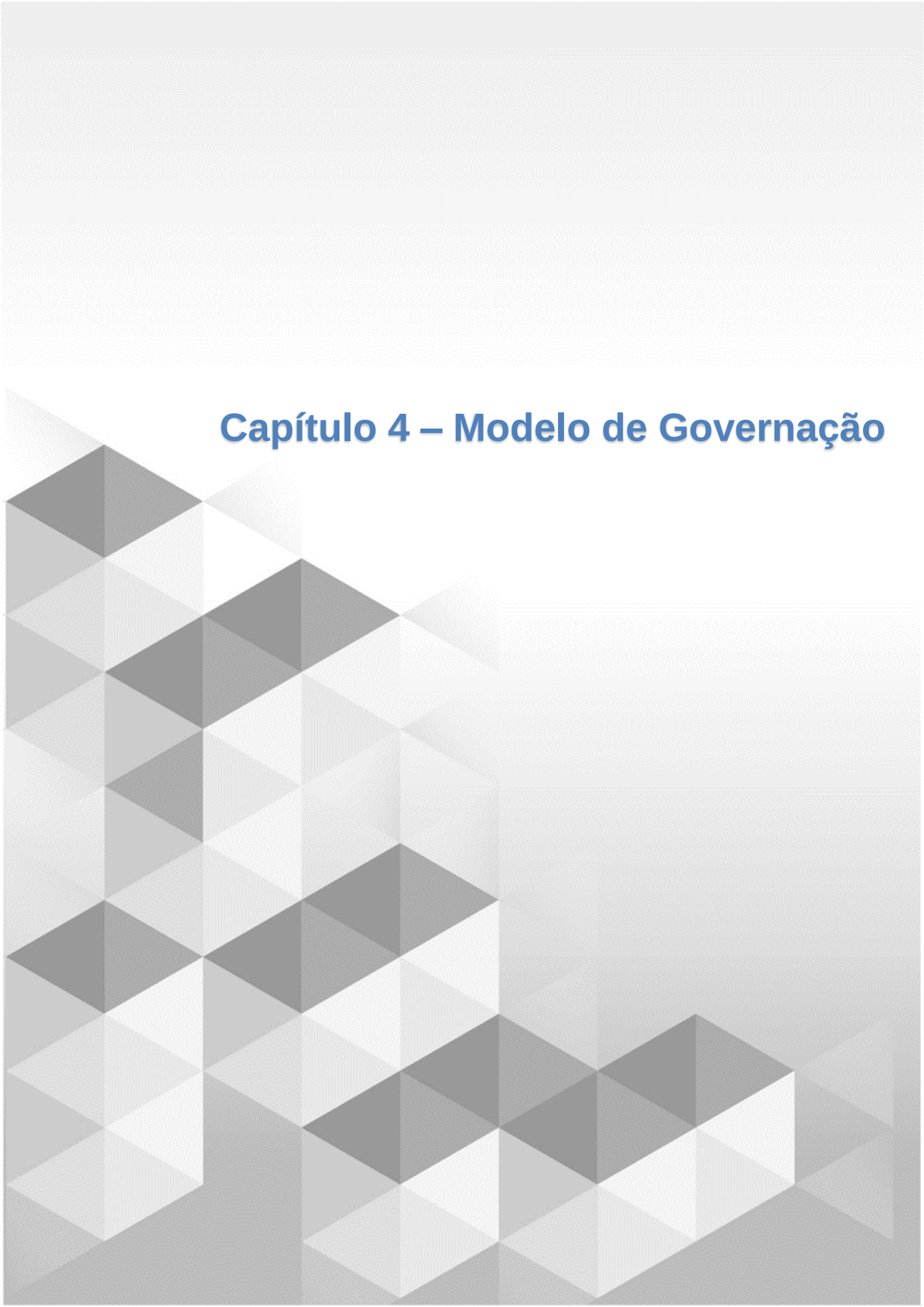
A operacionalização do PDS impõe a coordenação de recursos e intervenções para detetar possibilidades de articulação e de gerar eficiência coletiva em áreas temáticas específicas. Deste modo, é fundamental o alinhamento com outros instrumentos do planeamento a nível nacional e concelhio, principalmente no que refere aos domínios de intervenção prioritários relativos às áreas da promoção da igualdade e combate à violência doméstica, imigração, deficiência, dependências e envelhecimento.

Neste sentido, o PDS tem coerência externa a nível concelhio com o Plano Municipal para a Integração de Imigrantes (PMII 2015-2017) e com outros instrumentos em execução, nomeadamente o Plano Municipal para a Igualdade e Combate à Violência Doméstica, o Plano Municipal Gerontológico e o Plano Diretor Municipal.

Ao nível nacional será coerente com os seguintes planos:

- V Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014-2017);
- V Plano Nacional para a Igualdade, Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017);
- III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017);
- Plano Estratégico para as Migrações (PEM 2015-2020);
- Plano Estratégico SICAD (Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências - 2013-2016);
- Plano Nacional de Saúde (PNS 2012-2016).

Serão também considerados outros planos concelhios que se considerem relevantes para a intervenção local e que contribuam para os objetivos definidos.



Capítulo 4 – Modelo de Governação

4.1 Modelo de Governação

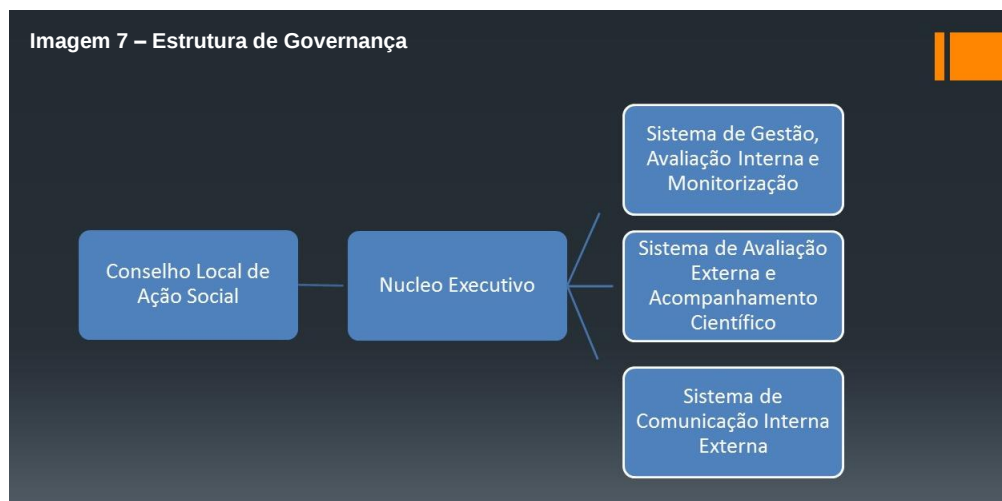
O modelo de governação é um instrumento de apoio à gestão do Plano de Desenvolvimento Social, que orienta o processo e os resultados a alcançar para o desenvolvimento social do concelho de Braga.

Ao modelo de governação cabe-lhe regular o processo de decisão, de planeamento e de coordenação através de uma agenda negocial, entre os detentores de interesses, apoiada em instrumentos agilizadores de práticas inovadoras, integradas e articuladas.

Este modelo assenta num processo de cooperação, reflexão integrada e participativa entre diversos atores, e é gerador de condições para a aprendizagem e inovação. Está também inspirado na perspetiva europeia de articulação multinível e supra setorial, isto é, assenta na construção de parcerias consistentes entre atores e sectores numa relação de interdependência.

O objetivo estratégico visa aumentar e potenciar novas soluções organizacionais, institucionais e políticas para a resolução de problemas interdependentes e complexos a crescerem exponencialmente. Esses são problemas sem solução definitiva nem limitada a um conjunto fechado de soluções por serem horizontais, transversais e multidisciplinares e multisectoriais. Este tipo de problemas coloca um enorme desafio à cultura organizacional, ainda vivida, caracterizada pela cultura burocrática com dificuldades em lidar com a imprevisibilidade de circunstâncias novas.

Nesse sentido, o modelo de governança de uma rede interorganizacional de políticas públicas é um processo dinâmico criador de transformações na reconfiguração da gestão pública, com vista ao reforço da coesão territorial. Apresenta-se de seguida a estrutura de governança para a gestão do plano.



- **Conselho Local de Ação Social**

Cabe-lhe a decisão da implementação do processo de planeamento, através da articulação dos planos que o constituem. Congrega diferentes atores sectoriais, constituindo-se num espaço alargado de negociação e concertação estratégica para a definição de políticas e programas institucionais viabilizando o nível de planeamento, avaliação e gestão da Rede Social.

- **Núcleo Executivo**

Cabe-lhe a elaboração de propostas e recomendações, monitorização e avaliação das ações do PDS com indicação do potencial para disseminação, apoiado em três sistemas de: i) Avaliação Interna e monitorização, ii) Avaliação externa e acompanhamento científico, iii) comunicação interna, externa e de divulgação.

Cabe-lhe, ainda, a atualização contínua do plano operacional agregando toda as decisões consensualizadas e a coordenação estratégica dos grupos temáticos, Comissões Sociais de Freguesia (C.S.F) e Comissões Sociais Inter-Freguesias (C.S.I.F).

- **Sistema de Gestão, Avaliação Interna e Monitorização**

À gestão, avaliação interna e monitorização, cabe a (re)análise de situações, aprofundar o conhecimento, (re)orientar as linhas estratégicas da intervenção, (re)formular objetivos, alargar e consolidar as bases de sustentação dos processos de mudança e intervenção social.

- **Avaliação Externa e Acompanhamento Científico**

A avaliação externa e acompanhamento científico, enquanto processo permanente, materializa-se em contributos especializados para as estratégias, opções e garantia do acesso ao conhecimento e informação crítica útil para o replaneamento.

- **Comunicação Externa e Divulgação**

Estrutura e assegura a interação entre o público interno e o externo. Divulga notícias, eventos, projetos, entre outros, nos meios de comunicação social e outras formas de comunicação. Ativa o diálogo, a troca de informação e de experiências.



Capítulo 5 – Avaliação

O processo de avaliação é uma fase relevante para monitorizar e avaliar a relevância e consistência da estratégia definida pelo PDS e orientar a intervenção social com maior eficácia, eficiência e equidade.

A elaboração de um plano de avaliação afigura-se um instrumento fundamental no aprofundamento do diagnóstico e na orientação de uma intervenção social mais eficaz, na medida que nos permite identificar elementos primordiais para eventuais reformulações do PDS e respetivos planos de ação. Neste sentido, o plano de avaliação traduz-se num instrumento essencial no apoio a processos de tomada de decisões mais racionais e transparentes.

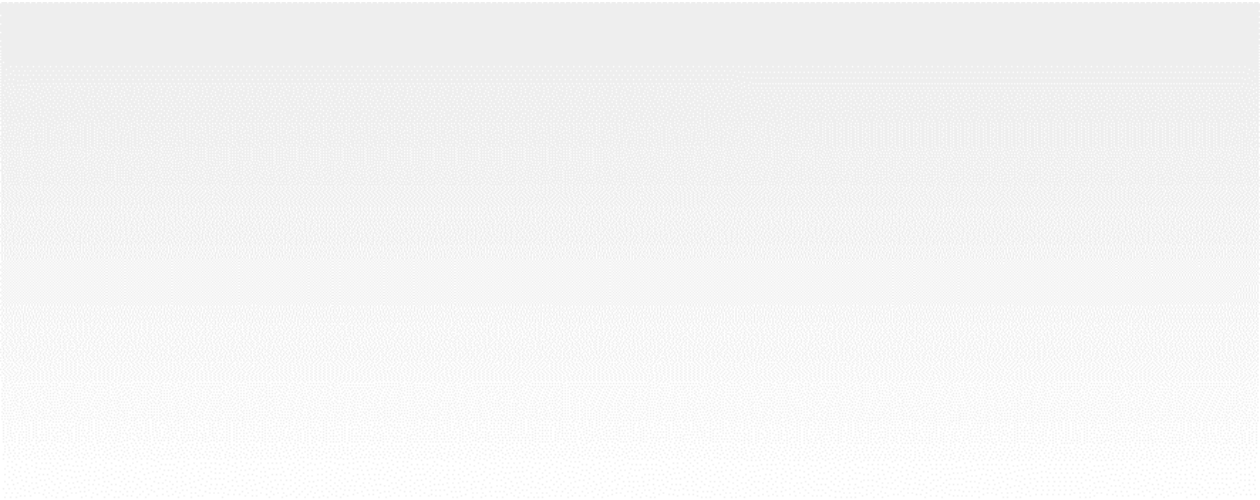
O processo de avaliação deve ser endógeno e participativo, assumindo duas linhas de orientação, verticais (*top-down* e *bottom-up*) e horizontais adaptadas a diferentes estruturas de governação.

Assim, para uma avaliação integrada que avalie atores, políticas, processos e metas torna-se fundamental ter em consideração as dimensões da autoavaliação, da avaliação conjunta, da avaliação interpares e da avaliação externa.

Posteriormente, serão construídos mecanismos de avaliação com a participação de todos os parceiros de uma forma faseada e sequencial, de acompanhamento (*on going*), a qual permitirá avaliar a forma de concretização do Plano bem como o seu afinamento ou correção.

Para medir os resultados alcançados será realizada a avaliação final (*ex-post*) que constituirá o referencial relativo à mudança alcançada, à eficácia das intervenções e impactos alcançados.

O processo de avaliação será interno, realizado pelo núcleo executivo e externo, através do acompanhamento científico definido no modelo de governação apresentado no capítulo anterior.



Anexos



Anexo 1

Glossário

GLOSSÁRIO (apoio à redação documentos concelhios):

Problemática: Conjunto de problemas e necessidades interligados e interdependentes que definem um campo de relação bem definido e distinto. Nesta rede de ligações incluem-se as instituições pelas suas práticas e políticas, os recursos associados e de modo geral todos os fatores que estabelecem relação de determinação neste campo.

Ex: Empregabilidade – associa a oferta de emprego, a procura de emprego, a formação profissional, as medidas ativas de emprego entre múltiplas questões associadas.

Eixo: Fio condutor na análise da problemática que é verificável como elemento comum aos problemas aí identificados. A formulação do eixo deverá identificar uma perspetiva de intervenção ou ação unificador da problemática.

Ex: Num contexto determinado (Concelho) podemos verificar que o traço comum da problemática “Empregabilidade” é a questão das “Qualificações”. Esse seria o Eixo.

Domínios: Dimensões da problemática ou sub eixos que identificam aspetos constituintes da problemática e que por sua vez agregam conjuntos de problemas diretamente interligados.

Dentro do Eixo – Qualificações poderemos seccionar a questão da formação profissional. Esse seria o domínio

Problema social: Impossibilidade de exercício de um direito social. Pela sua natureza estes direitos são universais, sem condicionalidade de qualquer género e referem-se ao exercício de oportunidades de desenvolvimento, realização e participação na sociedade. Os direitos sociais são constitutivos do contrato social fundamental pelo que a sua privação num grupo social significa que a sociedade se encontra numa situação de inibição social coletiva. Os problemas sociais são exclusivamente verificáveis num grupo social.

Ex: Problema social o “Desemprego de longa duração”.

Prioridades: Seleção das problemáticas e problemas que maior potencial de impacto e realização apresentam. São também as que poderão produzir uma efeito de arrastamento e influência para a mudança noutros problemas e problemáticas gerando um efeito em cascata.

Ex: Problema prioritário seria o “desfasamento das qualificações face à oferta de emprego”.

Objetivos Estratégicos: Identificam pontos críticos na mudança no sentido (ou na direção) do impacto pretendido. São objetivos de impacto orientado o percurso estratégico da ação.

Ex: “ Na data x, y desempregados de longa duração estão adequadamente capacitados para responder às ofertas de emprego

Necessidades Sociais: As necessidades sociais são geradas pelos problemas sociais e decorrem deles. São as suas manifestações enquanto lacunas e défices de desenvolvimento, de aquisições, de competências, de comportamentos ou de outros fatores correlacionados com a impossibilidade de acesso e concretização de um direito social.

Ex: A inadequação das qualificações dos DLD’s face à oferta de emprego gera a necessidade de aquisição de qualificações adequadas, de orientação para as expetativas atuais dos empregadores e da reconversão das qualificações já detidas.

Objetivos Específicos: São objetivos que respondem às necessidades sociais críticas do grupo alvo (outcome – resultado final de atividade ou processo)) e que permitem as aquisições fundamentais para a concretização do impacto.

Ex: Em yyy, 80% dos DLD’s referenciados em xxx, têm x competências profissionais certificadas
Y competências sociais e pessoais reforçadas
Z competências profissionais reconvertidas às novas necessidades do posto de trabalho

Necessidades de Intervenção: As necessidades de intervenção estão diretamente correlacionadas com as necessidades sociais e são as lacunas de intervenção, de atuação ou de ação que as poderão colmatar. As necessidades chave ou prioritárias de intervenção deverão ser a base de fundamentação da ação a implementar.

Ex: Para responder às necessidades sociais identificadas é necessário realizar formação certificada à medida, criar práticas de reconversão das qualificações e capacitar os DLD's nas competências pessoais e sociais requeridas (ex: ver diagnóstico à oferta de emprego).

Resultados: São o produto da intervenção realizada (output) que responde às necessidades de intervenção gerando as condições necessárias para a resposta às necessidades sociais identificadas.

Ex: X cursos e formação

Y estágios de desenvolvimento de competências

Z – laboratórios práticos de atualização de competências profissionais

Grupo-alvo: Grupo onde se pretende verificar impacto social.

Ex: Desempregados de longa duração etc.

Conceito de risco: Previsível efeito negativo não controlado pelo próprio. Influência de circunstâncias imprevisíveis como consequência da interdependência dos fatores globais.

Ex: modernização tecnológica contínua.

Fatores de Risco: Conjunto de características circunstanciais que atuam de forma negativa sobre indivíduos, grupos, comunidades ou territórios. Estas características podem ser endógenas aos indivíduos e grupos sociais, ou exógenas (fatores ambientais, de meio de vida, culturais) ou conjunturais como as crises económicas e sociais. No caso dos indivíduos estas características podem ser fatores constitutivos da personalidade, da história de vida ou da experiência de sociabilização. Podem ser do seu meio de vida familiar e comunitário ou estar associados a circunstâncias conjunturais como as mudanças culturais, económicas ou outras.

Ex: Baixa literacia tecnológica, falta de acesso individual à tecnologia (computadores), baixa auto estima e autoconfiança para a adesão Às novas tecnologias, falta e incentivos institucionais (inexistência de cursos à medida)

Perfis de Risco: Associação de um conjunto de fatores de risco com elevada prevalência num grupo ou indivíduo, permitindo definir uma identidade coerente através da manifestação de indicadores associados.

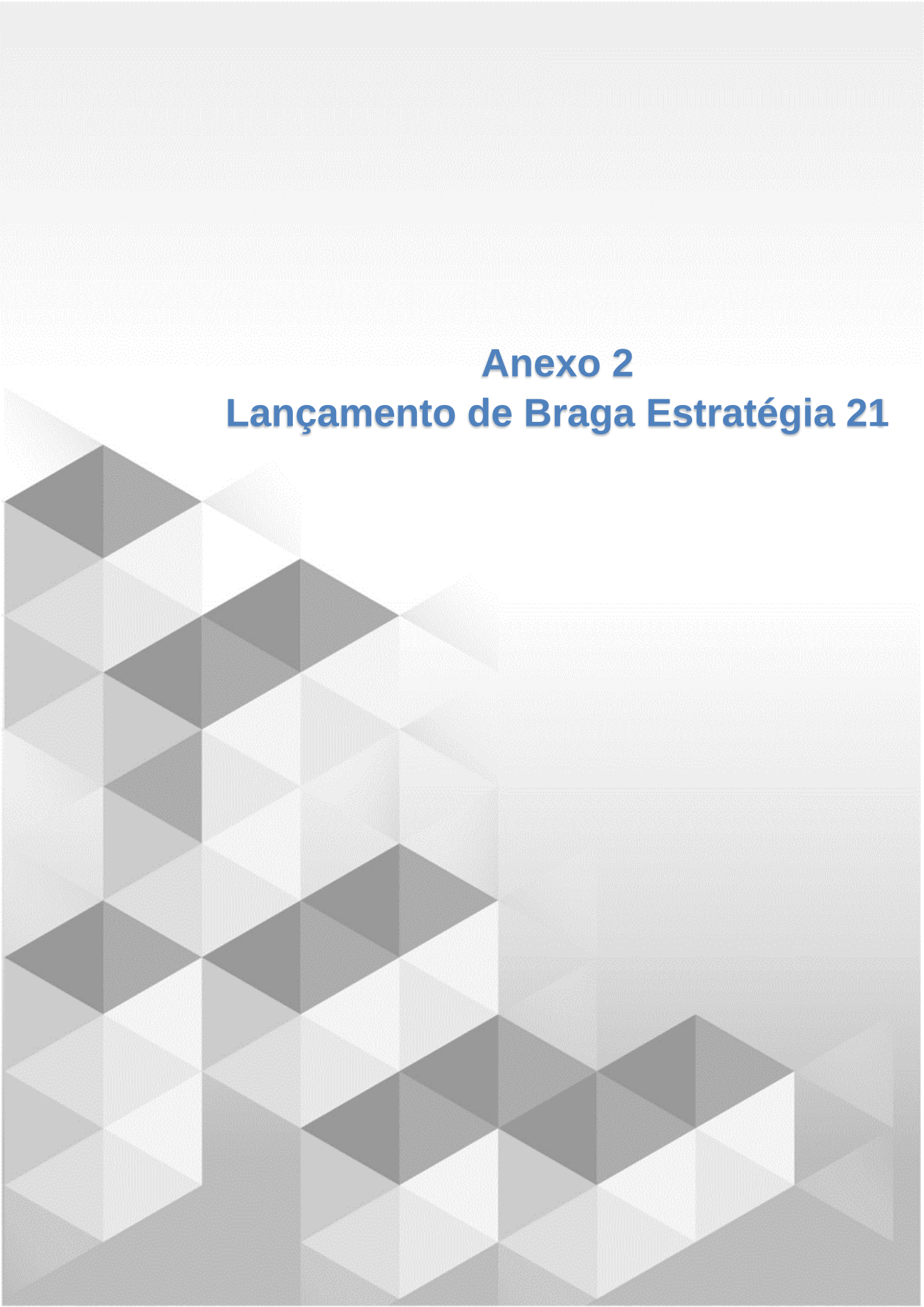
Ex: Retrato do risco no grupo alvo – DLD com idade entre os trinta (30) e os cinquenta (50) anos.(características dominantes e cumulativas).

- Escolarização média – 2º ciclo EB
- Não possui computador pessoal
- Resistência à aprendizagem associado à experiência de insucesso escolar
- Baixas expectativas pessoais associada à baixa auto estima e desmotivação
- Isolamento social e desconhecimento de oportunidades

Desafios Estratégicos: Propostas de mudança associadas a uma visão transformadora concretizando uma estratégia. Os desafios são orientadores para os objetivos estratégicos. Materializam os impactos desejáveis.

Ex:

1. Queremos ser um território (X) de especialização em boas práticas de empregabilidade para DLD's
2. A nossa identidade é um território de oportunidades de inserção profissional sem barreiras



Anexo 2

Lançamento de Braga Estratégia 21



O Presidente do Município de Braga, Ricardo Rio, convida V. Exa. para o Fórum de Abertura da Iniciativa de Lançamento do Plano de Desenvolvimento Estratégico para Braga - BRAGA ESTRATÉGIA 21, no dia 5 de novembro de 2014, das 9h às 13h e das 14h às 18h, no Edifício GNRation.

Esta iniciativa visa definir as prioridades de ação deste Concelho para o período 2015-2021, no âmbito da Rede Social.

A participação é fundamental para alcançar os resultados pretendidos, pelo que contamos com os vossos contributos.

Anexo 3
Lançamento da iniciativa
Braga estratégia 21 - programa



Braga Estratégia 21

2 de dezembro 2016

Programa:

10h00 – 10h30 | Café da manhã

10h30 – 10h45 | Lançamento da iniciativa: Braga Estratégia 21

Presidente do Município de Braga - Dr. Ricardo Rio

10h45 – 11h30 | Visões do Mundo e de Braga – Estratégia 2015 – 2021

Prof. Dr. Ulrich Schiefer

11h30 – 12h00 | Debate

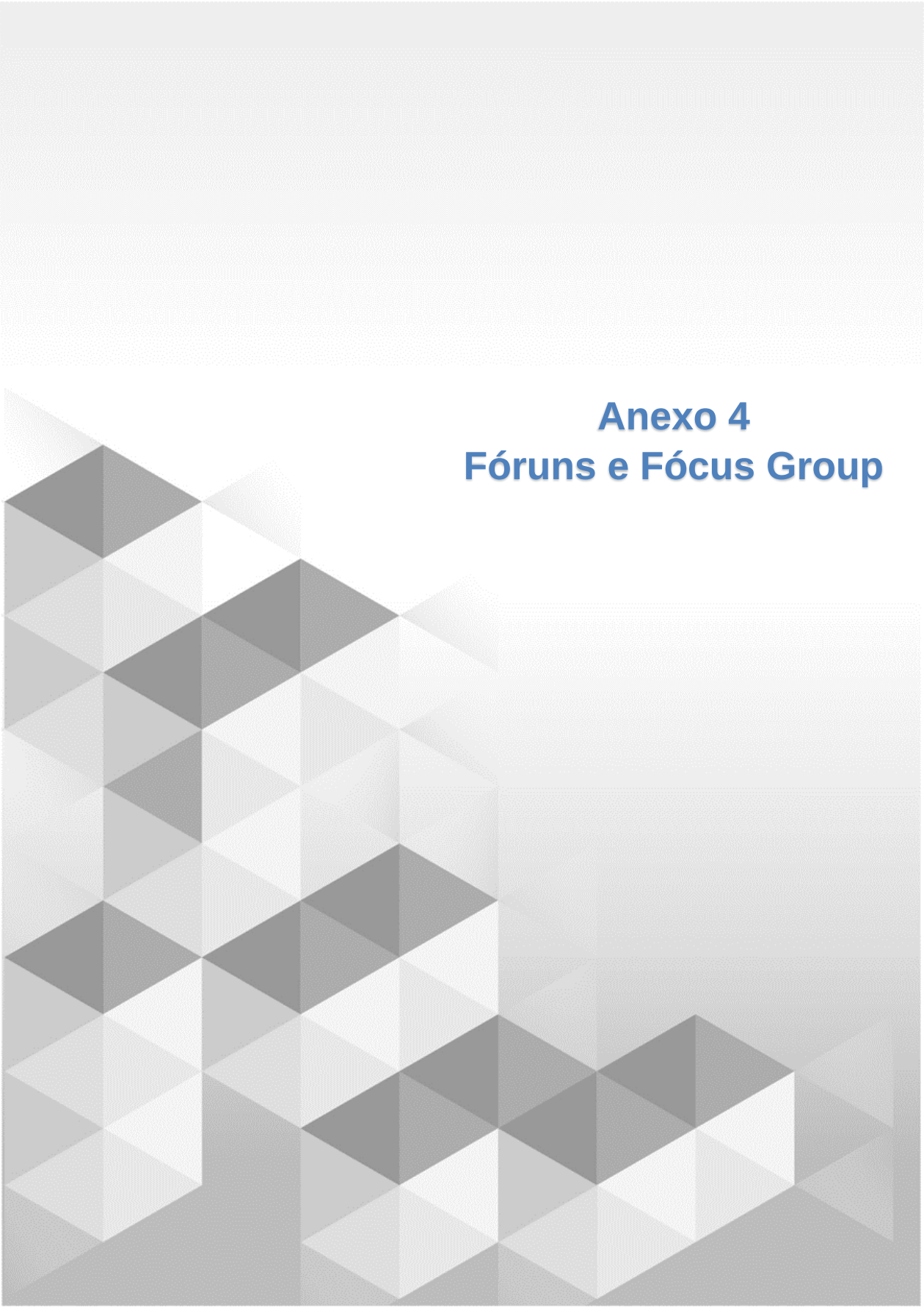
15h00 – 16h00 | Governância um compromisso para a Cidadania

Prof. Eduardo Jorge Madureira

16h00 – 17 h00 | Avaliação e Planeamento

Prof. Dr. Ulrich Schiefer

17h15 – 17h30 | Apresentação das conclusões



Anexo 4

Fóruns e Fócus Group



BRAGA ESTRATÉGIA

2 Dezembro | GNRation

9h30 às 13h e das 14h30 às 18h

**“Coesão Social:
que desafios para Braga?”**



Anexo 5

Fórum Comissões Sociais



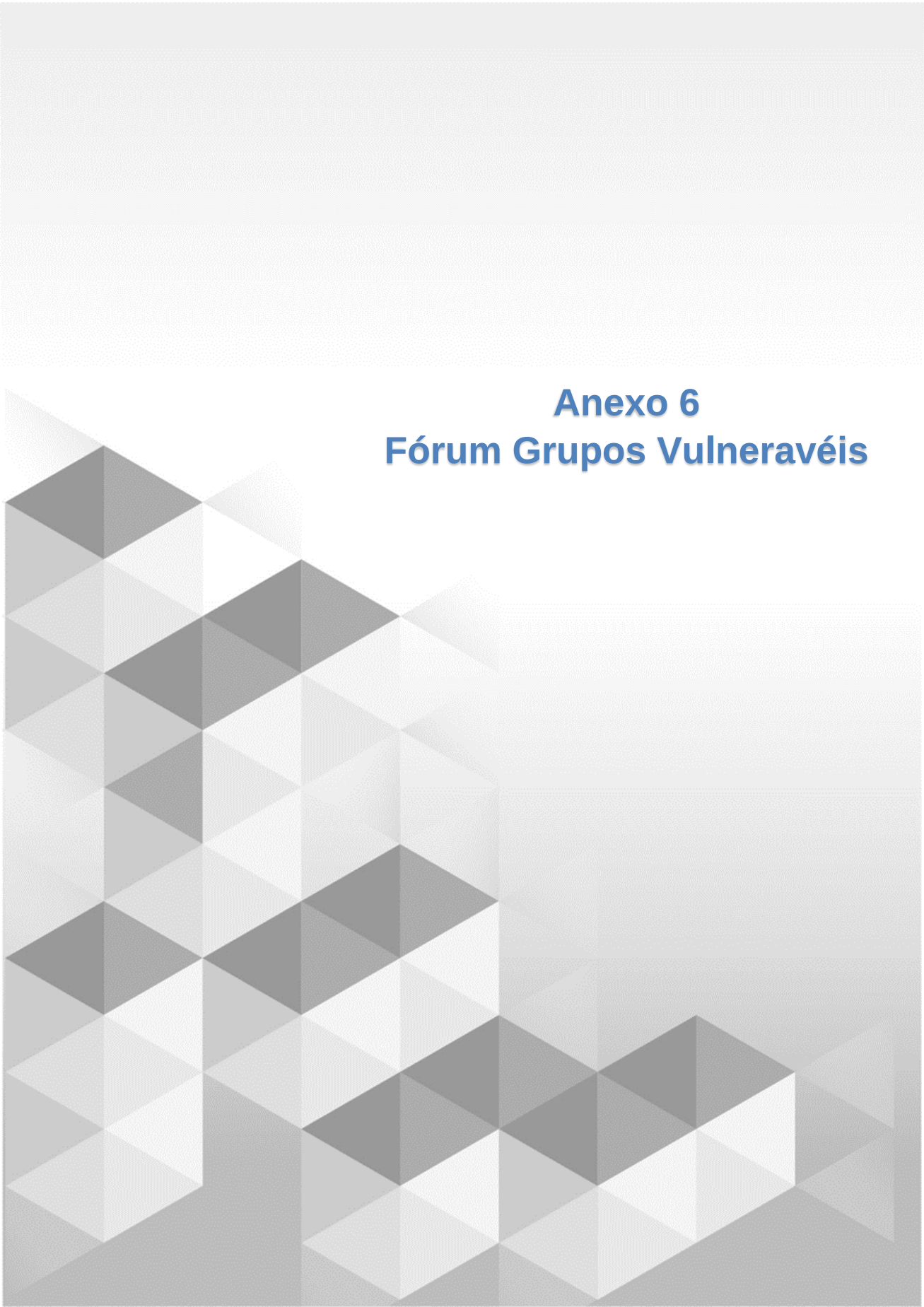
Fórum das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF)

Convite aos Parceiros:

O Município de Braga realizou no passado dia 5 de novembro, o Fórum de Abertura da Iniciativa de Lançamento do Plano de Desenvolvimento Estratégico para Braga - **BRAGA ESTRATÉGIA 21**, que visa definir as prioridades de ação deste Concelho para o período 2015-2021, no âmbito da Rede Social.

Assim, no âmbito das Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF), plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social ao nível da freguesia, vimos convidar V. Exa. a participar numa sessão de trabalho que se realiza no dia **24 de novembro**, das **15h às 18h**, na **Biblioteca Lúcio Craveiro da Silva**, sito na Rua de S. Paulo, nº1, União de Freguesias de Maximinos, Sé e Cividade, a qual terá como objetivo analisar práticas de trabalho em rede e de planeamento, bem como definir eixos prioritários de intervenção para o Concelho.





Anexo 6

Fórum Grupos Vulneráveis



Convite

No âmbito da elaboração da dimensão operacional do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Braga 2015-2021, irá realizar-se o **Workshop Temático “Grupos Vulneráveis”**, relativo à área de investimento do eixo da Coesão Territorial.

Esta iniciativa terá como objetivo a construção participada do Plano Operacional do PDS, de modo a desenhar projetos de intervenção a concretizar, através de um modelo de governação integrada, que estabelece com os parceiros o compromisso de consolidar um processo capaz de contribuir para a resolução de problemas locais.

Nessa conformidade, será desenvolvida uma metodologia de trabalho participativa com os grupos vulneráveis identificadas no PDS designados: beneficiários do RSI, pessoas com deficiência, população idosa, vítimas de violência doméstica, dependentes, minorias étnicas e imigrantes, a fim de se iniciar o plano operacional de cada grupo de trabalho.

Assim, num processo contínuo de construção e implementação do PDS e do trabalho em Rede, convidamos V. Exa. a participar nesta iniciativa que se realiza no próximo dia **20 de outubro**, das **10h30 - 17h30**, no **GNRation**.



Eixo Temático I – Desenvolvimento e Coesão Territorial

Workshop Temático “Grupos Vulneráveis” - dia 20 de outubro | 10h30 às 13h e das 14h às 17h30 | GNRation

1. Abertura da Sessão

2. Notas enquadradoras

- **Principais conteúdos debatidos nos espaços participativos:**

- Formação s/ certificação para beneficiários de RSI e outros grupos-alvo (desenho à medida da formação para grupos específicos);
- Plataforma interserviços implica a definição conjunta de procedimentos e regras de intervenção, o que possibilita uma coordenação real dos serviços (atendimento integrado como modelo)
- Modelo de governação Integrada

- **Objetivo da sessão:**

- Debate e construção das propostas e ideias de projeto/ações no domínio dos grupos vulneráveis.

3. Explicitação da metodologia de trabalho com grupos

- Projetos suscetíveis de candidatura ou ações a desenvolver em sede de parceria;

- **Explicação da Metodologia:**

- Identificação consoante o tema e em cada grupo de trabalho de duas necessidades/problemas centrais;

- Preenchimento das grelhas de planeamento operacional com propostas de projetos ou ações;
- ***Divisão dos participantes por grupos de trabalho (problemáticas):***
 1. Envelhecimento
 2. Deficiência
 3. Dependência/Alcoolismo
 4. Igualdade de Género e Violência Doméstica
 5. Pobreza, Beneficiários de RSI e Minorias Étnicas
 6. Imigrantes

4. Grelha de orientação para a construção do Plano Operacional:

Grupo Temático:					
Identificação da Necessidade / Problema:					
Projeto-Ideia:					
Objetivo Estratégico (o que se pretende alcançar):					
Objetivos Específicos (o que se vai concretizar):					
Resultados (o que alcançamos):					
Público-alvo:					
Ações	Entidade Responsável	Parceiros	Quando	Recursos	



Anexo 7

Participantes nos Fóruns



Parceiros da Rede Social – Participação nos fóruns

Administração Regional de Saúde (ARS)

Agrupamento de Centros de Saúde - Braga (ACES)

Agrupamento de Escolas de Real

Associação Apoio à Saúde Mental “O Salto”

Associação Centro Social e Cultural de Ferreiros

Associação Comercial de Braga

Associação de Apoio à Reabilitação de Braga (ACARE)

Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal

Associação de Defesa do Idoso e Criança de Arentim

Associação de Solidariedade Social, Cultural e Recreativa de Santa Maria de Braga

Associação Famílias

Associação Juvenil “A Bogalha”

Associação Ocupação Constante

Associação Portuguesa de Apoio à Vitima

Associação Portuguesa de Deficientes de Braga (APD)

Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental de Braga (APPACDM)

Associação Ucraniana

Athaca-ADL

Banco Local de Voluntariado

Bragahabit, E.M

Cáritas Arquidiocesana de Braga

Casa do Povo de Palmeira

Casa do Povo de Tadem

Centro Comunitário S. Martinho de Dume

Centro Cultural e Social de Santo Adrião

Centro de Respostas Integradas- Braga (CRI)

Centro de Solidariedade da Imaculada Conceição

Centro de Solidariedade de Braga - Projeto Homem

Centro Distrital de Segurança Social de Braga

Centro Novais e Sousa

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens – Braga (CPCJ)

Comunidade Intermunicipal do Cávado

Coop21 Especial

Cooperativa de Educação e Reabilitação de Cidadãos com Incapacidades- Braga (CERCI)

Cruz Vermelha Portuguesa Delegação de Braga

Fundação Stela Oswaldo e Bomfim

Fundo Social, Desportivo e Cultural dos trabalhadores da Câmara Municipal de Braga

Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social RSI - Santo Adrião

Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social – Cooperativa “Sempre a Crescer”

Gabinete de Atendimento e Acompanhamento Social - Associação de Pais e Amigos da Freguesia de Cunha

Guarda Nacional Republicana do Destacamento Territorial de Braga

Hospital de Braga

Instituto Emprego e Formação Profissional - Braga

Instituto Politécnico de Viana do Castelo

Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ)

Junta de Freguesia de Arentim e Cunha

Junta de Freguesia de Este (S. Pedro e S. Mamede)

Junta de Freguesia de Figueiredo

Junta de Freguesia de Gualtar

Junta de Freguesia de Lamas

Junta de Freguesia de Mire de Tibães

Junta de Freguesia de Padim da Graça

Junta de Freguesia de Palmeira

Junta de Freguesia de Priscos
Junta de Freguesia de Ruílhe
Junta de Freguesia de S. Vicente
Junta de Freguesia de S.Vitor
Junta de Freguesia de Tebosa
Movimento Democrático de Mulheres (MDM)
Município de Braga
NIAVE/GNR
Núcleo de Braga Pais em Rede
OIKOS- Cooperação e Desenvolvimento
Polícia de Segurança Pública (PSP)
Projeto T3tris – Centro Cultural St. Adrião
Rede Europeia Anti-Pobreza (EAPN)
Santa Casa da Misericórdia de Braga
União das Freguesias de Guisande e Oliveira (S. Pedro)
União das Freguesias de Maximos, Sé e Cidade
União das Freguesias de Merelim (S. Paio), Panóias e Parada de Tibães
União das Freguesias de Merelim (S. Pedro) e Frossos
União das Freguesias de Morreia e Trandeiras
União das Freguesias de Real, Dume e Semelhe
União das Freguesias de S. José de S. Lázaro e S. João do Souto
União das Freguesias de Santa Lucrécia de Algeriz e Navarra
Unidade de Cuidados na Comunidade Assucena
Unidade de Cuidados na Comunidade Braga Saudável
Unidade de Cuidados na Comunidade Colina
Universidade Católica Portuguesa - Centro Regional de Braga
Universidade do Minho – Escola Superior de Enfermagem
Universidade do Minho - Instituto de Educação



Anexo 8

Comissões Sociais

Comissões Sociais de Freguesia (CSF) e Comissões Sociais Inter-Freguesias (CSIF)

- **CSF de S. Victor**
- **CSF de S. Vicente**
- **CSF Palmeira**
- **CSIF da Zona Histórica** (União das Freg. Maximinos, Sé e Cidade e União de Freg. de S. Lázaro e S. João do Souto)
- **CSIF do Nordeste** (Adaúfe; União de Freg. Crespos e Pousada e União de Freg. Navarra e Sta. Lucrecia)
- **CSIF de Varandas do Este** (Priscos; Ruílhe; Tadam; Tebosa; União de Freg. Arentim, Cunha e União de Freg. Fradelos e Vilaça)
- **CSIF de Veiga do Penso** (Figueiredo; Lamas; União de Freg. Escudeiros, Penso S. Vicente e Penso Sto. Estevão; União de Freg. Morreira e Trandeiras e União de Freg. Guizande e Oliveira (S. Pedro) e Esporões)
- **CSIF do Oeste e CSIF Caminhos do Sul** (Sequeira; União de Freg. Cabreiros e Passos (S. Julião); União de Freg. Arcos S. Paio e Lomar; União de Freg. Ferreiros e Gondizalves; União de Freg. Celeirós, Aveleda e Vimieiro)
- **CSIF do Monte Sameiro e CSIF Alto Este** (Espinho; Pedralva; Sobreposta; União de Freg. Nogueiró e Tenões; União de Freg. Lamações, Fraião e Nogueira; Gualtar e União de Freg. Este S. Mamede e Este S. Pedro)
- **CSIF do Cávado e CSIF da Ribeira** (Mire de Tibães; Padim da Graça; União de Freg. Merelim (S. Paio), Panoias; Parada de Tibães; União das Freg. Real, Dume, Semelhe e União das Freg. Merelim S. Pedro e Frossos)





REDE SOCIAL BRAGA



dezembro 2015